



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE - PPGTAS**



SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEIÇÃO

**DESPOSSessão, REASSENTAMENTO E CONFLITOS AMBIENTAIS NA
AGROVILA DO SOBRADO EM CABACEIRAS DO PARAGUAÇU, BAHIA:
ABORDAGENS TERRITORIAIS**

**SALVADOR
2023**

SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEIÇÃO

**DESPOSSESSÃO, REASSENTAMENTO E CONFLITOS AMBIENTAIS NA
AGROVILA DO SOBRADO EM CABACEIRAS DO PARAGUAÇU, BAHIA:
ABORDAGENS TERRITORIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica de Salvador, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maina Pirajá Silva.

SALVADOR
2023

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca.

C744 Conceição, Silvia Celeste Ferreira da
Desposseção, reassentamento e conflitos ambientais na
Agrovila do sobrado em Cabaceiras do Paraguaçu, Bahia:
abordagens territoriais / Silvia Celeste Ferreira da Conceição. –
Salvador, 2023.
98 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Território,
Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Maina Pirajá Silva.

1. Desterritorialização 2. Reterritorialização 3. Conflitos
Ambientais 4. Direito à Água 5. Barragem Pedra do Cavalo I. Silva,
Maina Pirajá - Orientadora II. Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 351.793:342.7

TERMO DE APROVAÇÃO

SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEIÇÃO

**“DESPOSSessão, REASSENTAMENTO E CONFLITOS AMBIENTAIS NA
AGROVILA DO SOBRADO EM CABACEIRAS DO PARAGUAÇU, BAHIA:
ABORDAGENS TERRITORIAIS ”.**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre(a)
em Território, Ambiente e Sociedade.

Salvador, 13 de março de 2023.

Banca Examinadora:



Prof.(a)s. Dr.(a)s. Maina Pirajá Silva - UCSAL (orientadora)



Prof.(a) Dr.(a) Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi - UCSAL (examinadora
interna).



Prof.(a) Dr.(a) Janio Roque Barros de Castro - UNEB (examinador externo).

“Tudo posso naquele que me fortalece”
(Bíblia Sagrada, Salmo 23).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir as condições de seguir com os estudos, e me levantar nos momentos de dificuldades para seguir em frente.

A psicóloga Analy Andrade, que em 2020, em plena pandemia da Covid19, orientou-me a resgatar o que ficou para trás, escutando semanalmente os passos da construção do projeto de mestrado, permitindo-me sair de um processo de depressão a partir de um estudo relevante para minha vida.

Ao professor Jânio Roque, por me escutar por muitas vezes, com orientações, ajudando-me a delimitar o tema da pesquisa.

A minha ex-orientadora, a professora Dra. Maya Manzi, pela amizade, paciência e contribuição decisiva.

A minha Igreja Nossa Senhora de Fátima, por me acolher em todos os momentos, na orientação do Padre Valter Ruy.

A Lailton, Yasmin e Gabrielle, esposo e filhas, por me apoiarem a todo momento, dando força para não desistir e, sobretudo, entenderem os momentos que precisei ficar sozinha, produzindo.

A toda minha família, pai (*In memorian*), irmãos, cunhados, sobrinhos, tios, pelo apoio dispensado em algum momento que me fez refletir e crescer no processo da escrita.

A minha mãe, Maria Cléria da Conceição (*In memorian*), por me incentivar a estudar, considerando a perspectiva de construir a independência a partir dos estudos.

Aos meus colegas de trabalho por escutar as minhas angústias, ao me acolher, compreender e fortalecer-me com expressões motivadoras.

A todos os professores e colegas de curso que, em algum momento, ajudaram-me a aprender mais e crescer em conhecimento.

A professora Dra. Maina Pirajá, atual orientadora, pela reconstrução do trabalho e pelo abraço afetuoso no final do curso quando fiquei sem a orientação da professora Maya.

À minha banca examinadora, a professora Dra. Cristina Marchi e o professor Dr. Jânio Roque pelas valiosas contribuições/sugestões ao meu trabalho.

Em especial, quero agradecer ao pessoal da Agrovila do Sobrado: Dona Júlia, Meire, Deguinha, Carlos, Dulce, Pilão, Zé Pirão, Dona Duzinha, Sr. Roque, Tonhe de Nezim, Tonhe de Nifinha, enfim, todos os moradores que contribuíram para o êxito desta pesquisa.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Municípios do Recôncavo Baiano - 2023..... | 13 |
| Figura 2 – Localização do município de Cabaceiras do Paraguaçu no Recôncavo e no estado da Bahia - 2023..... | 13 |
| Figura 3 – Imagem de satélite da barragem e da Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo - 2023..... | 14 |
| Figura 4 – Roda de conversa realizada com os moradores na Agrovila do Sobrado em Cabaceiras do Paraguaçu, Bahia - out. 2021..... | 20 |
| Figura 5 – Roda de conversa realizada com os moradores na Agrovila do Sobrado em Cabaceiras do Paraguaçu, Bahia - out. 2021..... | 21 |
| Figura 6 – Grande lago da Barragem Pedra do Cavalo - 2021..... | 47 |
| Figura 7 – Localização da Agrovila do Sobrado e antigos territórios dos posseiros no município de Cabaceiras do Paraguaçu, Bahia- 2022..... | 48 |
| Figura 8 – Modelo padrão de casa na Agrovila do Sobrado - 2021..... | 51 |
| Figura 9 – Vegetação de caatinga com afloramento rochoso na Agrovila do Sobrado - 2021..... | 55 |
| Figura 10 – Rua sem asfalto na Agrovila do Sobrado - 2021..... | 61 |
| Figura 11 – Entrada que dá acesso à Agrovila do Sobrado - 2021..... | 61 |
| Figura 12 – Escola da Agrovila do Sobrado - 2021..... | 63 |
| Figura 13 – Propriedade à margem do rio cercada por fazendeiro - 2021..... | 65 |
| Figura 14 – Exemplo de poço artesiano desativado na Agrovila do Sobrado - 2021..... | 79 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

| | |
|-----------|---|
| ACD | Análise Crítica de Discurso |
| ANA | Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico |
| CEP/UCSAL | Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador |
| DESENVALE | Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu |
| ELETOBRÁS | Centrais Elétricas Brasileiras |
| EMBASA | Empresa Baiana de Saneamento Básico |
| FETAG | Federação dos Trabalhadores Agricultores do Estado da Bahia |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDEB | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| MS | Ministério da Saúde |
| NURP | Núcleo de Defesa da Bacia do Rio Paraguaçu |
| ONGs | Organizações Não Governamentais |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNRH | Política Nacional de Recursos Hídricos |

RESUMO

O estudo mergulhou nas histórias de vida de um povo que teve as suas raízes cortadas pela despossessão compulsória de seus territórios para a construção da Barragem Pedra do Cavalo, realizada pelo governo do Estado da Bahia. A pesquisa trouxe o resgate das relações socioeconômicas e culturais que ocorreram no antigo território, onde os posseiros viviam às margens do rio Paraguaçu, Recôncavo Baiano, nas imediações do distrito de Geolândia, e foram reassentados na Agrovila, localizada no povoado do Sobrado, em Cabaceiras do Paraguaçu. As suas histórias, ao longo de 35 anos, foram trazidas num contexto coletivo, saindo do anonimato para o conhecimento público, possibilitando maior compreensão da realidade atual e dos problemas e conflitos enfrentados. Nesse contexto, a pesquisa objetivou compreender esse processo de (des)reterritorialização, com foco na análise crítica dos impactos e conflitos socioambientais, sobretudo referente ao direito à água e a infertilidade do solo que não garante a produção agrícola mínima para subsistência. A metodologia baseou-se em uma abordagem qualitativa de cunho descritivo e crítico, e foi utilizado o método de procedimento histórico e uma pesquisa participante, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas. Os resultados apresentados revelaram que a política de reassentamento trouxe perdas que não se restringiu apenas ao campo econômico, mas também ao social e afetivo. Ficou evidente que ainda existe uma política colonialista do governo do Estado em defesa das classes sociais mais favorecidas em detrimento das classes subalternas. Essa política é revelada na ineficiência referente ao cumprimento de direitos essenciais, como: o acesso à água em quantidade e qualidade, moradia digna e serviços de infraestrutura básica, negados ou de má qualidade, ao longo dos anos na Agrovila do Sobrado, constituindo conflitos diversos na comunidade. Os processos de (des)reterritorialização em relação às grandes obras, como em construção de barragem, devem ser repensados e realizados através de uma política justa e comprometida de reassentamento, sobretudo de reparação social. A pesquisa participante apontou como proposta para a emancipação política da comunidade, a criação de uma Associação de Moradores, que começou a nascer através de reuniões com a comunidade na apresentação dos resultados, porém, precisa da continuidade para efetivar o processo. Compreendemos que todo e qualquer movimento de luta faz-se necessário para garantir a política de reparação social, sobretudo, os direitos humanos quando alijados.

Palavras-chave: Desterritorialização. Reterritorialização. Conflitos ambientais. Direito à água. Barragem Pedra do Cavalo.

ABSTRACT

The study delved into the life stories of a people who had their roots cut by the compulsory dispossession of their territories for the construction of the Pedra do Cavalo Dam, carried out by the government of the State of Bahia. The research rescued the socioeconomic and cultural relations that occurred in the old territory, where the squatters lived on the banks of the Paraguaçu River, Recôncavo Baiano, in the vicinity of the Geolândia district, and were resettled in Agrovila, located in the village of Sobrado, in Cabaceiras from Paraguaçu. Their stories, over 35 years, were brought into a collective context, moving from anonymity to public knowledge, enabling a greater understanding of the current reality and the problems and conflicts faced. In this context, the research aimed to understand this process of (de)reterritorialization, focusing on the critical analysis of socio-environmental impacts and conflicts, especially regarding the right to water and the infertility of the soil that does not guarantee the minimum agricultural production for subsistence. The methodology was based on a qualitative approach of a descriptive and critical nature, and the method of historical procedure and a participant research was used, with semi-structured interviews being carried out. The results presented revealed that the resettlement policy brought losses that were not restricted to the economic field, but also to the social and affective ones. It became evident that there is still a colonialist policy by the State government in defense of the most favored social classes to the detriment of subordinate classes. This policy is revealed in the inefficiency related to the fulfillment of essential rights, such as: access to water in quantity and quality, decent housing and basic infrastructure services, denied or of poor quality, over the years in Agrovila do Sobrado, constituting various conflicts in the community. The processes of (de)reterritorialization in relation to major works, such as the construction of a dam, must be rethought and carried out through a fair and committed resettlement policy, above all social reparation. The participant research pointed out as a proposal for the political emancipation of the community, the creation of an Association of Residents, which began to be born through meetings with the community in the presentation of the results, however, it needs continuity to carry out the process. We understand that each and every movement of struggle is necessary to guarantee the policy of social reparation, above all, human rights when sidelined.

Keywords: Deterritorialization. Reterritorialization. Environmental conflicts. Right to the water. Pedra do Cavalo dam.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | METODOLOGIA DA PESQUISA | 19 |
| 3 | TERRITÓRIO: ABORDAGENS, COMPLEXIDADES E RELAÇÕES | 23 |
| 3.1 | TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE..... | 23 |
| 3.2 | A TERRITORIALIZAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA..... | 27 |
| 3.4 | TERRITÓRIO COMO ESPAÇO VIVIDO E A COLONIALIDADE DO PODER | 30 |
| 3.4.1 | DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DE BARRAGEM E AS RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA..... | 35 |
| 3.4.1 | Processos de Desterritorialização e Reterritorialização..... | 35 |
| 3.4.2 | Relações Sociedade x Natureza..... | 39 |
| 4 | “MINHA TERRA, MINHA TERRA, ELA LÁ E EU AQUI, QUE OS ANJOS DO CÉU ME LEVAM PARA ONDE EU NASCI” | 42 |
| 4.1 | O “MEU-LUGAR”: VIVÊNCIA E COLETIVIDADE..... | 42 |
| 4.2 | PROCESSO DE REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS..... | 46 |
| 4.3 | A AGROVILA DO SOBRADO: PROBLEMAS E DESAFIOS..... | 54 |
| 5 | NÓS PRECISAMOS DE ÁGUA! NOSSA VIDA JÁ É DIFÍCIL, COMO VAMOS SOBREVIVER? | 67 |
| 5.1 | CONFLITOS AMBIENTAIS NO CONTEXTO DE BARRAGEM..... | 67 |
| 5.2 | CONFLITO PELO ACESSO E DIREITO À ÁGUA NA AGROVILA DO SOBRADO..... | 73 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 85 |
| | REFERÊNCIAS | 88 |
| | ANEXO 1 – APROVAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NO COMITÊ DE ÉTICA – CEP/UCSAL - 2021 | 92 |
| | APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS MORADORES DA AGROVILA DO SOBRADO - out. a dez./2021 | 96 |

1 INTRODUÇÃO

A abordagem territorial nos núcleos de reassentamento rural tem sido foco de muitas discussões em decorrência dos grandes projetos de desenvolvimento, como as construções de barragens, que passaram a ser edificadas no Brasil especialmente após 1970¹, desencadeando grandes impactos socioambientais e conflitos para os grupos diretamente afetados, que subitamente acabaram perdendo os seus territórios e foram envolvidos nos processos de desterritorialização e reterritorialização. De forma mais prejudicial, normalmente os mais atingidos neste processo são: os quilombolas, os posseiros, os ribeirinhos e os indígenas.

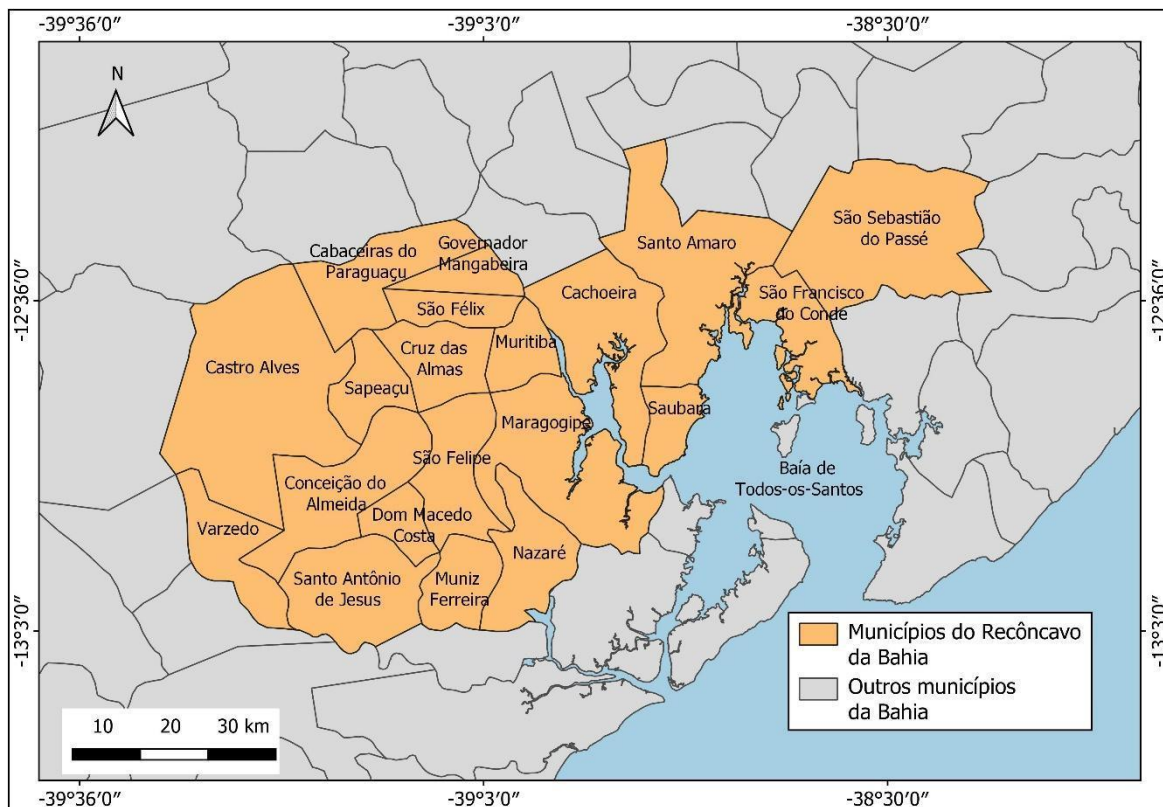
A pesquisa foi realizada na Agrovila do Sobrado, localizada no Recôncavo Baiano (Figura 1), povoado do Sobrado, zona rural do município de Cabaceiras do Paraguaçu (Figura 2), na área correspondente ao núcleo de reassentamento destinado às famílias que viviam às margens do rio Paraguaçu.

Cabaceiras do Paraguaçu, localizada numa área de transição para o semiárido, era distrito de Muritiba e foi elevado à categoria de município em 1989. Hoje conta com uma população estimada de 19.010 habitantes e densidade demográfica de 76,6 hab./km² (IBGE, 2021). Regionalmente está inserido na Mesorregião Metropolitana de Salvador e na Microrregião de Santo Antônio de Jesus. Apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 167.712.000, no entanto, tem na administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social como atividades com maior valor adicional bruto econômico, e possui um IDHM de 0,581 (IBGE, 2021).

A Barragem Pedra do Cavalo (Figura 3) começou a ser discutida a partir de 1977, quando a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) recebeu verbas da Arábia Saudita para investimentos em energia elétrica.

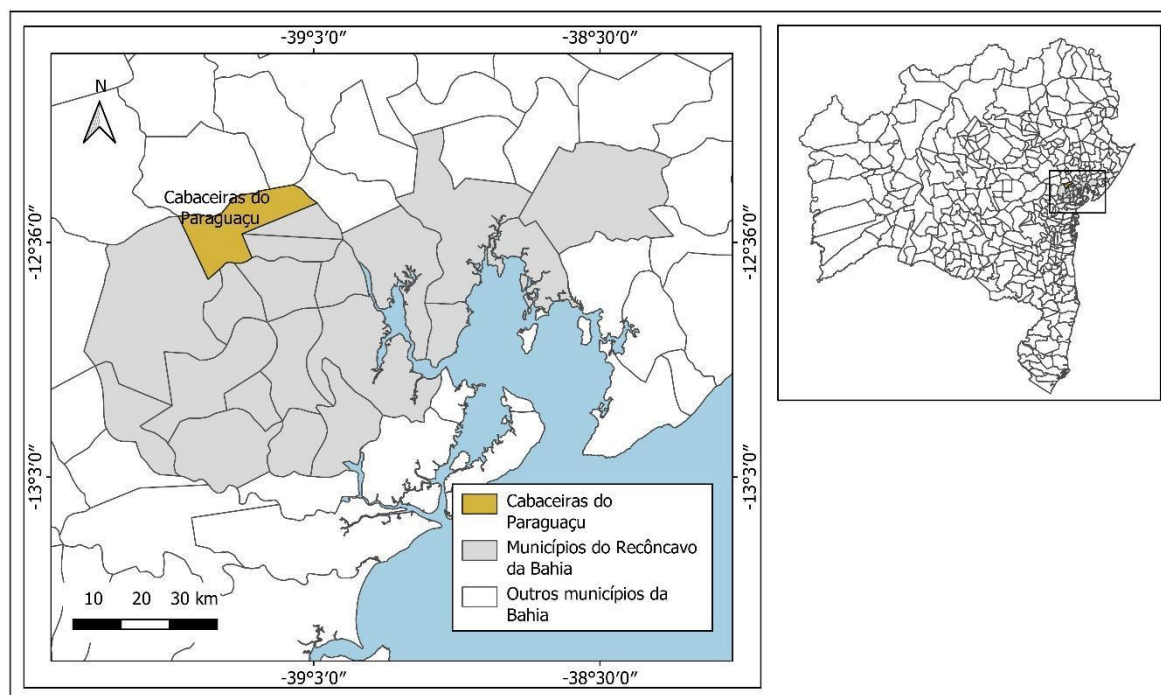
¹ Na década de 1970 (período de golpe militar) grandes projetos de investimentos voltam-se para construções de barragens na perspectiva de utilizar as usinas hidrelétrica como forma de energia em substituição ao petróleo que passa por uma crise mundial (ALVES, 2021).

Figura 1 – Municípios do Recôncavo Baiano - 2023



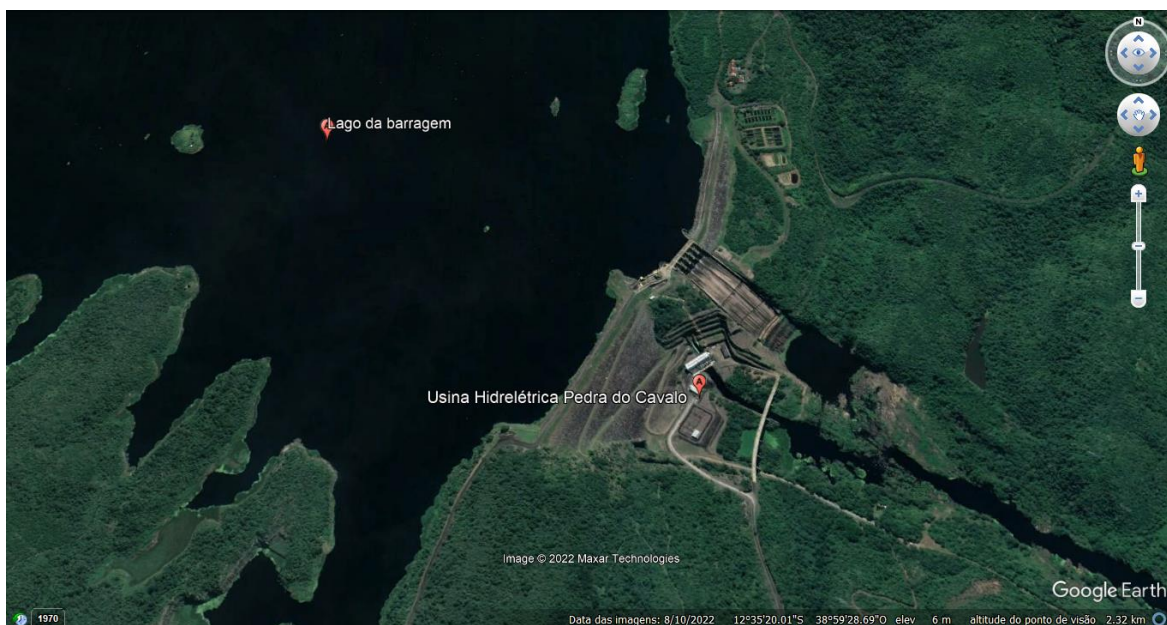
Fonte: Elaborado pela pesquisadora Silvia Conceição, 2023.

Figura 2 – Localização do município de Cabaceiras do Paraguaçu no Recôncavo e no estado da Bahia - 2023



Fonte: Elaborado pela pesquisadora Silvia Conceição, 2023.

Figura 3 – Imagem de satélite da barragem e da Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo - 2023



Fonte: Google Earth (2023).

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu (Desenvale) ganhou a licitação para a construção da barragem (setembro/1978) quando a Construtora Mendes Júnior S.A. entrou na Justiça contra a Norberto Odebrecht S.A. com pedido de desclassificação, visando irregularidades no processo (O GLOBO, 1978), porém a empresa se manteve como vencedora e realizou a construção com o início das obras em 1979.

A barragem, situada entre os municípios de Cachoeira e Governador Mangabeira, foi criada com o objetivo de reter a vazão das águas do rio Paraguaçu para controlar as cheias que inundavam as cidades de Cachoeira e São Felix, abastecer com água, através de adutoras, os municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador e municípios da região de Feira de Santana, gerar energia para atender as indústrias do Complexo Industrial de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu, desenvolver a agricultura irrigada nos municípios diretamente atingidos, promover o transporte náutico e turismo regional, entre outros.

A inauguração da barragem ocorreu em 1985. Esse intervalo de seis anos entre a construção e a inauguração foi um período marcado por grande movimento

econômico² nos municípios vizinhos à construção da barragem, como em Muritiba, São Félix, Cachoeira, Governador Mangabeira e Santo Estevão, em decorrência da dinâmica montada através de engenheiros e trabalhadores da construção civil que vieram de outras cidades e passaram a residir nesses municípios.

Por conseguinte, a partir de 1985, com a obra inaugurada, às famílias ribeirinhas começaram a viver o conflito que consistiu na remoção forçada de seus territórios para ocupar os núcleos de reassentamentos criados pelo governo do estado da Bahia, através da Desenvale.

Esses núcleos de reassentamentos rurais, determinados e controlados pelo Estado, são espaços muitas vezes considerados inóspitos, em terrenos de baixa valorização econômica, por apresentar características físicas precárias, que dificultam o desenvolvimento da produção agrícola e a instalação de moradias.

Este processo marca a perda do território, das relações de poder constituídas ao longo de muitos anos através das atividades econômicas, reconhecido como “capital material” e socioculturais definidos como “capital simbólico”, que promove a interação constante das famílias com o seu território que é reconhecido como identidade de pertencimento, marcado pelas histórias de vida da comunidade (ASCELRAD, 2004).

Frente às situações apresentadas às famílias reassentadas, normalmente pertencentes às classes sociais menos favorecidas, passam a viver alguns embates revelados no enfrentamento político com os poderes públicos, a fim de garantir minimamente o direito à sobrevivência, porém nem sempre são contemplados em suas demandas.

O município de Cabaceiras do Paraguaçu foi contemplado com três núcleos de reassentamento, sendo dois localizados no povoado do Sobrado, a Agrovila e o Mucambo, com terras desapropriadas das fazendas Lagoa Comprida e Olhos D'água, respectivamente.

² A construção de um grande empreendimento afeta economicamente municípios do entorno, pois o número de pessoas envolvidas no processo é muito grande, e isso acarreta em uma maior procura de serviços e comércio.

O reassentamento das famílias na Agrovila dá-se no final no ano de 1985 e início de 1986, quando começam a ocupar o espaço imposto pelo governo do Estado para constituir as novas moradias, estabelecer suas relações, mesmo apresentando características físicas diferentes das quais conheciam e estavam acostumados. O núcleo de reassentamento teve a perspectiva de constituir novos territórios (reterritorialização), no entanto, esse espaço apresenta, ao longo de mais de trinta e cinco anos, muitos impactos e conflitos envolvidos, vivenciados e apontados através das famílias, na tentativa de adaptação.

Os principais problemas revelados nesse novo espaço são: o solo improdutivo – arenoso e/ou pedregoso –, que em ambos os casos não favorecem o desenvolvimento da agricultura; o acesso e o direito à água, que vem causando grandes conflitos; e de ordem estrutural, com a ausência de infraestrutura básica, a exemplo de serviços de atendimento médico, educação, saneamento e meios de transportes, além da falta de oportunidade de geração de emprego e renda, são alguns dos fatores que contribuem para ampliar a insatisfação entre os moradores.

Mediante os problemas apresentados, a comunidade da Agrovila do Sobrado é “mergulhada” em conflitos e “grita”, muitas vezes no silêncio, buscando o apoio da política e da sociedade.

Esse conjunto de fatores revela também como os agentes envolvidos na construção da Barragem Pedra do Cavalo, especialmente o governo do Estado e a Prefeitura, atuaram no espaço destinado à reterritorialização.

Nesse contexto, a pesquisa objetivou compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização das famílias assentadas na Agrovila do Sobrado no município de Cabaceiras do Paraguaçu/Bahia a partir da construção da Barragem Pedra do Cavalo, com foco na análise crítica dos impactos e conflitos socioambientais.

Como objetivos específicos foram criados os seguintes: (i) Investigar as práticas e relações culturais, socioeconômicas e socioambientais estabelecidas pelas famílias ribeirinhas antes de perderem seus territórios; (ii) identificar e analisar os principais problemas e conflitos que surgiram com a (des)reterritorialização; e (iii) analisar as reivindicações dos moradores na luta por um processo justo de

reparação, bem como as respostas e ações dos agentes responsáveis neste processo.

Para a realização da pesquisa foram criadas as seguintes questões norteadoras:

- Como se caracterizou o processo de desterritorialização e reterritorialização da comunidade da Agrovila do Sobrado impactada pela construção da barragem?
- Quais os maiores impactos e conflitos socioambientais este processo desencadeou?
- Quais foram os processos reparatórios realizados pelo Estado ao longo dos anos e como eles coincidem ou não com as reivindicações da comunidade?
- Quais as estratégias de resistência e proposições que podem ser realizadas para minimizar os problemas e conflitos?

A hipótese geral da pesquisa é que, quando os posseiros foram compulsoriamente removidos de seus territórios e realocados na Agrovila do Sobrado, depararam-se com inúmeros problemas e desafios, especialmente quanto ao uso e o acesso aos recursos naturais, como o acesso à água e solo produtivo. A realidade que pode ter contribuído para ampliar os problemas sociais, sobretudo a dependência dos programas de assistência do Governo Federal, a exemplo do Programa Bolsa Família³. Acredita-se, ainda, que os agentes públicos não deram assistência adequada a essas famílias realocadas, que dependem hoje de estratégias de resistência, como de se organizar em uma associação para tentar lutar e, assim, minimizar os problemas e conflitos na comunidade.

A partir do estudo realizado, o leitor irá mergulhar nas histórias de vida de um povo que teve as suas raízes cortadas ao serem desterritorializadas, cedendo seus territórios para o desenvolvimento da política pública do governo do Estado, trazendo um resgate de suas relações com as produções econômicas e as relações

³ Programa de transferência de renda do governo Federal do Brasil que tem por objetivo amenizar o ciclo geracional da pobreza a curto e a longo prazo por meio de transferências condicionadas de renda, educação e saúde.

sociais e culturais, acompanhando as suas trajetórias ao longo de mais de trinta e cinco anos, analisando o processo de mudança. Assim, trata-se de um estudo relevante, porque proporciona a análise e compreensão do processo histórico que envolveu essas famílias de posseiros realocadas na Agrovila do Sobrado, o que é de grande valia para a academia. Pois, ao fazer a revisão bibliográfica sobre a temática nos repositórios das universidades e a partir das plataformas Google Acadêmico e Scielo, revelaram-se poucos registros de pesquisa com foco voltado para a (des)reterritorialização provocada pela construção de barragens e a ausência de registros da temática sobre a Agrovila do Sobrado.

No intuito de apresentar a pesquisa desenvolvida, dividimos este texto em seis capítulos. Além da introdução, metodologia da pesquisa (primeiro e segundo capítulos) e as considerações finais (sexto), a estrutura dos demais capítulos contempla as seguintes discussões: no terceiro capítulo é apresentado o referencial teórico-conceitual que versa sobre o conceito de território e suas múltiplas categorias de análise, dando ênfase aos conceitos de desterritorialização e reterritorialização, bem como aborda a territorialização do Estado capitalista, a colonialidade do poder e as relações sociedade-natureza. O processo de reassentamento das famílias, a análise sobre a vivência e a coletividade no antigo território e os problemas e os desafios enfrentados pelas famílias na Agrovila do Sobrado são abordados no quarto capítulo. E o quinto analisa a (des)reterritorialização e os conflitos ambientais da luta pelo direito à água na Agrovila.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia baseou-se em uma abordagem qualitativa de cunho descritivo e crítico, e foi utilizado o método de procedimento histórico, quando a análise do passado permite compreender melhor o presente. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados, inicialmente, levantamentos bibliográficos através de: livros, teses, dissertações e monografias, artigos bem qualificados, anais de eventos, relatórios institucionais, jornais e fotografias, na perspectiva de contribuir para o efetivo desenvolvimento do trabalho.

Em consonância à metodologia, a pesquisa baseou-se em uma fundamentação teórico-conceitual apoiada nos conceitos-chave: território, territorialização, territorialidade e (des)reterritorialização, além da análise da territorialização do estado capitalista, do território como espaço vivido e a colonialidade do poder.

Após esta fase de levantamento bibliográfico, foi realizada uma pesquisa participante mediante o envolvimento desta pesquisadora na comunidade da Agrovila do Sobrado, tendo como finalidade a coleta de dados. Assim, foram realizadas incursões na área da pesquisa, mesmo em tempo de pandemia da covid-19⁴, para se ter melhor conhecimento das famílias e de suas relações com o território, conhecendo um pouco de suas histórias, sobretudo aproximando as relações de convívio entre pesquisador e comunidade, a fim de identificar as principais atividades socioeconômicas e culturais, com foco na agricultura – o que se cultiva? Como? De que forma contribui para movimentar a economia no município? Quais as atividades de comércio realizadas? E identificar os impactos socioambientais, principalmente em relação aos conflitos e o direito à água, ou seja, o que ocorre? Quais políticas vêm sendo implementadas para minimizar os problemas apresentados?

Conseqüentemente, a pesquisa se assentou numa investigação para melhor compreender como ocorreu o processo de despossessão do antigo território e o

⁴ Foram tomadas todas as precauções indicadas pelo Ministério da Saúde (MS).

reassentamento das famílias na Agrovila, considerando o procedimento histórico que deu origem à sua formação e o contexto atual que as famílias reassentadas apresentam. As suas histórias foram trazidas num contexto coletivo, saindo do anonimato para o conhecimento público, possibilitando maior compreensão da realidade atual a partir das vivências do passado, principalmente associando as intervenções do poder público.

Em primeiro momento na Agrovila, em uma roda de conversa⁵ (Figuras 4 e 5), foram apresentados à comunidade os objetivos, a metodologia e a relevância da pesquisa, destacando a importância da participação deles no projeto, na perspectiva de informar às famílias a respeito do trabalho que seria desenvolvido. Que as suas histórias seriam contadas, com dados fidedignos, trazendo a memória das relações socioeconômicas e culturais realizadas no antigo território, e a chegada na Agrovila, considerando os problemas e conflitos que foram envolvidos e as estratégias para superá-los.

Figura 4 – Roda de conversa realizada com os moradores na Agrovila do Sobrado em Cabaceiras do Paraguaçu, Bahia - out. 2021



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Silvia Conceição, out. 2021.

⁵ As rodas de conversa proporcionam momentos de fala e de escuta. Ao escutar à comunidade pesquisada, colocamo-nos no lugar de sujeitos aprendentes e dialogamos entre a prática e a teoria.

Figura 5 – Roda de conversa realizada com os moradores na Agrovila do Sobrado em Cabaceiras do Paraguaçu, Bahia - out. 2021



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Sílvia Conceição, out. 2021.

A coleta de dados⁶ *in loco* foi realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2021, com 21 famílias entrevistadas a partir de um questionário semiestruturado (Apêndice A), com perguntas abertas e fechadas. As entrevistas foram gravadas, com duração de no máximo uma hora.

Optamos em fazer as entrevistas semiestruturadas com as pessoas mais idosas da família nuclear, posseiros que viveram diretamente o processo, em condições de apresentar maiores informações sobre o tema investigado.

Foram necessárias duas semanas, em dias intercalados, para realizar as entrevistas com as escutas feitas cuidadosamente, respeitando o tempo de fala dos sujeitos que buscavam na memória as lembranças, para que todo o processo vivenciado fosse registrado, sem perder os detalhes importantes. Verificamos que cada pessoa entrevistada trazia experiências comuns, consideradas como

⁶ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador – CEP/UCSAL em 2021 (Anexo 1, p. 92).

coletivas, mas também informações novas, particulares, que sempre enriqueciam a coleta de dados, contribuindo significativamente para o trabalho de pesquisa.

Além dos moradores, foi entrevistada a Coordenadora da Federação dos Trabalhadores Agricultores do Estado da Bahia (FETAG), Cristina Cruz, que esteve envolvida em todo o processo, apoiando as famílias desde o início da construção da barragem, acolhendo-as e contribuindo para deixá-las informadas sobre o andamento da obra, atuando, dessa forma, como mediadora entre a Desenvale e as famílias. Entrevistamos também o vereador Nilson de Adilino, que atualmente compõe uma vaga na Câmara do Município de Cabaceiras do Paraguaçu.

Posteriormente, a coleta de dados secundários e primários foram sistematizados e analisados criteriosamente, utilizando estratégias de análise crítica de discurso e de conteúdo. De acordo com Fairclough (2019, p. 10),

[...] a ACD [Análise Crítica de Discurso] objetiva [...] contribuir com a deliberação na ação política para mudar o estado de coisas existente “para melhor”. A ACD não é, em si mesma, política, mas sua crítica e sua análise podem apoiar a política, como uma análise crítica social, em geral, objetiva fazer. Por meio do diálogo com argumentos práticos existentes, a ACD formula sua própria prática argumentativa em apoio à ação para realizar metas que ofereçam soluções para os problemas que diagnostica suas próprias problematizações de estados de coisas existentes.

Em seguida, a partir dos dados, a tese foi escrita, tendo o cuidado de trazer para o conhecimento público as histórias de um povo que se manteve no anonimato por mais de trinta e cinco anos.

3 TERRITÓRIO: ABORDAGENS, COMPLEXIDADES E RELAÇÕES

Neste capítulo são abordados os conceitos-chave que nortearam a pesquisa: território, territorialização, territorialidade e (des)reterritorialização, além da análise da territorialização do estado capitalista, do território como espaço vivido e a colonialidade do poder.

3.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Nas últimas décadas do século XX, o conceito de território passou a ser muito discutido a partir da geografia crítica, em decorrência das mudanças que o mundo vivenciava com a internacionalização da economia, impactando em grandes transformações socioespaciais.

Os territórios são produzidos e reproduzidos constantemente, representando as relações dos sujeitos com o meio em que vivem e envolvem conhecimento, controle e poder. Diferentemente do território, o espaço é preexistente a qualquer ação. O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço, das relações sociais que envolve e se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nesta interface, o homem é um sujeito ativo que atribui diversas funcionalidades no território através da ação realizada na perspectiva de atender aos seus interesses, sejam eles políticos, sociais, econômicos ou culturais. As mudanças vão sendo concretizadas a partir do desenvolvimento das forças produtivas e materializando o espaço ocupado por diferentes sujeitos sociais na dimensão territorial. Embora seja uma constante, essas mudanças nem sempre são consideradas positivas, trazendo, muitas vezes, grandes impactos ambientais.

Assim, o território é entendido como o espaço que foi transformado a partir das relações de produção, podendo ser concreto, doravante às configurações físicas existentes ou realizadas, ou abstrato, no sentido simbólico/afetivos das relações desenvolvidas. O território pode ser percebido como sendo uma “prisão”,

constituindo uma profunda relação do homem a partir do espaço. Para Raffestin (1993, p. 143):

[O território] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um "processo" do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades, cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. O território é também um produto "consumido", ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio.

Um único espaço poderá apresentar diversos territórios, podendo ao longo do dia funcionar como uma feira-livre, por exemplo, onde o comércio de roupas e utensílios domésticos são consumidos pela população de um município e, ao longo da noite, funcionar como um território de venda de produtos ilegais ou lugar onde se realiza práticas de prostituição de jovens, ou, ainda, eventos festivos em determinados períodos do ano.

A partir do momento em que as relações sociais são desenvolvidas no espaço, constrói-se o território e configuram-se as relações de poder nesta interface, que pode ser compreendido na dimensão de poder político, simbólico, cultural e econômico. O poder é revelado em todo processo de relação do sujeito, quando atitudes e intervenções são comumente manifestadas. Ainda segundo Raffestin (1993, p. 58),

[...] o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida de uso na geografia política: a população, o território e os recursos, considerando o que foi dito sobre a natureza do poder será fácil compreender porque colocamos a população em primeiro lugar. Simplesmente porque ela está na origem de todo o poder, nela residem as capacidades residuais de transformação. Ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação.

De forma geral, podemos entender o território, de acordo com Saquet (2007, p. 15), como unidade de articulação entre diversos elementos, sejam eles de dimensão física, econômica, política e cultural. Por sua natureza abrangente, o termo território possui uma conotação polissêmica que pode ser empregado em

vários sentidos para designar situações diferentes, porém pautado, geralmente, numa perspectiva que se refere às relações de poder.

Assim, a população territorializa o espaço a partir de suas ações. Neste processo serão considerados os interesses inerentes aos grupos sociais, sejam no sentido político, econômico, social ou cultural, onde as relações de poder estão imbricadas. De acordo com Haesbaert (2014, p. 94),

[...] podemos “controlar” diferentes territórios a distância, complicando ainda mais o processo de construção de nossa multiterritorialidade. O controle informacional articulado a distância, implicado em nossas múltiplas identidades com o lugar - ou com nossa capacidade de manter (múltiplos) controles territoriais, certamente irá se intensificar muito mais num futuro próximo.

Trata-se de uma multiterritorialidade pautada no crescimento e desenvolvimento da população, permitindo que os limites territoriais físicos das nações ultrapassem as fronteiras dos países a partir das relações socioeconômicas e espaciais ampliadas, contextualizada a partir da internacionalização mundial, acentuada em vários setores e fortalecida nos dias atuais.

As múltiplas faces da categoria de análise territorial, encontram-se em constante processo de transformação, considerando um contexto dinâmico de mudanças globais que ocorrem numa escala crescente, provocando, sobretudo, impactos ambientais, a partir das políticas desenvolvidas. Assim,

[...] o homem vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos. Estas formas históricas não são as mesmas através dos tempos, àqueles acréscimos dos primitivos são diferentes dos atuais.” (SANTOS, 1996, p. 89).

A história da vida humana consiste na produção de espaço que vai sendo configurado de acordo com o tempo e aos interesses projetados através de um determinado grupo social. Os tempos históricos revelam ações sobre a natureza diferente com a produção do espaço desigual. De tal modo, as mudanças acontecem e deixam marcas, permitindo que as histórias sejam contadas por aqueles que não viveram diretamente o processo.

O debate sobre território foi ampliado nas últimas duas décadas, impulsionado pelas Ciências Sociais e intensificado no meio acadêmico. A Economia, por exemplo, tende a se preocupar com o território focando na base produtiva, enquanto a Geografia estuda como ocorre a relação do homem no espaço e no ambiente, e a Ciência Política tende a focar nas relações de poder, considerando o Estado como um órgão institucional, soberano (HAESBAERT, 2020).

Os múltiplos conceitos derivados da palavra território que foram sendo construídos ao longo dos anos, apresentam características próprias que os definem em suas especificidades. Para Haesbaert (2007, p. 96), “[...] existe um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios, configurando uma multiterritorialidade ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento.”

O território pode ser empregado no sentido material quando se refere à apropriação do espaço físico (por exemplo, delimitações de fronteiras), ou imaterial quando remete a relações identitárias, sociais, políticas estabelecidas no espaço, (por exemplo, o território pertencente à comunidade ribeirinha apresenta significados singulares de grande valor simbólico e cultural para este grupo). Portanto, o território:

[...] é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2001, p. 96).

Nesta perspectiva, relações políticas, sociais e culturais vão sendo estabelecidas no espaço, constituindo-se como território para as famílias, fortalecendo a comunicação entre os sujeitos, ampliando as relações de pertencimento e estabelecendo territorialidades.

Considerando o processo da construção territorial, as identidades socioculturais são marcadas através das relações desenvolvidas e projetadas no espaço concebido como geográfico. As atividades humanas desenvolvidas neste

espaço, através do trabalho, estabelecem relação direta com o território na perspectiva de atender suas necessidades no contexto de sociedade (RAFFESTIN, 2008).

A partir das potencialidades naturais que o território apresenta como rios, solo, vegetação, considerando a apropriação do espaço, serão desenvolvidas as atividades produtivas. Neste contexto, as relações sociais vão se formando e as atividades do cotidiano, a exemplo do comércio de serviços e mercadorias, comunicação e transportes, vão sendo desenvolvidos e são ampliados no sistema de rede (SAQUET, 2008).

Talvez podemos considerar que os espaços de maior intervenção são aqueles que oferecem condições apropriadas para realizar os movimentos que são necessários à dinâmica social.

3.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA

O sistema capitalista de produção atua na perspectiva de ampliar recursos financeiros de modo que as atividades econômicas atendem sempre a classe dominante soberana e burocrática, tendo o Estado como forte aliado.

Considerando as projeções do sistema capitalista, o espaço vai ganhando novas feições na perspectiva de atender às demandas do mercado que amplia a partir do processo de industrialização, sobretudo do crescimento urbano, e novas configurações são desenvolvidas e transforma o espaço de acordo com o contexto social. Nesse sentido, o espaço conhecido como geográfico, onde ocorrem as relações de poder, encontra-se em constantes mudanças que são impulsionadas através das forças produtivas que regulam o mercado, com vistas a ampliar o sistema de rede, estabelecendo controle sobre o território.

A dinâmica do mundo moderno é caracterizada através de um sistema integrado de relações entre os países, onde circulam produtos e serviços diversos de ordem material e imaterial, ampliando o sistema de telecomunicações e promovendo aos países periféricos, o acesso às novas técnicas produtivas através da instalação de grandes multinacionais em seus territórios.

O espaço produzido vai se constituindo em território a partir das relações sociais estabelecidas pela sociedade, porém o Estado, instituído de poderes, possui soberania e poderá a qualquer momento, caso considere necessário, atuar provocando mudanças. De acordo com Sack (1986, p. 88-89),

[...] o sentido de uma sociedade possuir a terra e passá-la de uma geração é substituído em vários graus pela noção de que as classes dominantes (embora elas possam ser diferentes) são personificações das pessoas e os deuses e também são as guardiãs da terra; e a terra como fonte básica da riqueza, é um território a ser administrado e um lugar ao qual as pessoas estão ligadas. Ligar um cidadão ou um proprietário à terra faz dele um camponês ou um servo.

O poder possui feições diferentes a depender da análise que é considerada a partir dos agentes envolvidos. Como se desenvolvem as relações de poder no território? Por quê? Para quê? As territorializações atendem às necessidades e interesses de quem? Como ocorrem as relações entre as classes dominantes e dominadas? O sujeito que conhece o espaço, convive, desenvolve relações sociais, culturais e econômicas através de um sistema hierárquico é também subordinado a um sistema soberano que é institucionalmente reconhecido, o Estado, que poderá a qualquer momento mudar as regras de uso do território.

O Estado, através das políticas públicas, pode considerar importante, por exemplo, a construção de uma usina hidrelétrica na perspectiva de gerar energia para abastecimento industrial. Trata-se de uma política que causará mudanças na territorialidade de um determinado espaço, promovendo, sobretudo, grandes impactos socioambientais. Dessa maneira, de acordo com Sack (1986, p.104),

[...] um uso moderno do território é baseado principalmente em autoridade política suficiente ou poder para ligar as dinâmicas do capitalismo, para ajudar repetidamente a mover, moldar e a controlar a organização espacial humana em escalas vastas.

Assim, o território físico, pertencente aos sujeitos, possui limitações de uso quando o Estado considera esse tipo de intervenção necessária. Simplesmente utiliza-se da soberania do poder para efetivar a ação pensada, mesmo sabendo que irá impactar em mudanças negativas para aqueles sujeitos diretamente envolvidos.

O Estado se coloca a serviço do grande capital industrial, forte aliado no processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Sistema que se consagrou na sociedade ocidental a partir da exploração dos recursos naturais, através da produção e comercialização de bens e produtos industrializados, utilizando a mão de obra barata do trabalhador. Nesta perspectiva, de acordo com Haesbaert (2014, p.117), a política estatal,

[...] voltada para a definição de territórios-zona, claramente estabelecida para os povos tradicionais carrega assim uma grande ambiguidade. Ao mesmo tempo que é resultado da luta e representa uma conquista para estes grupos, em seus processos de resistência, deve também ser vista envolvida numa longa dinâmica de expropriação e expulsão em que essas áreas acabaram se tornando "resíduos", relegando esses grupos a territórios em situação de grande precariedade e, muitas vezes também de isolamento.

O controle do território sempre esteve nas mãos da classe dominante, que estabelece poderes diversos, e os agentes sociais envolvidos, normalmente classificados como minorias, ficam impossibilitados de reverter sozinhos as políticas implantadas, mas se fortalecem através de movimentos sociais, a fim de minimizar os impactos sofridos. De acordo com Mendonça (2014, p.34),

[...] o Estado em Gramsci não deve e nem pode ser pensado como organismo próprio de um grupo ou fração de classe, como no caso de outras vertentes marxistas. Ele deve representar uma expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria.

Assim, o aparato estatal apresenta uma hegemonia que estabelece certo controle territorial sobre os fluxos materiais e mercadorias, regulando as ações dos sujeitos sobre os territórios, criando novas territorialidades, impondo aos grupos sociais modelos que nem sempre são considerados positivos para suas vidas.

Como podemos considerar modelos positivos de reterritorialização, projetos em que não há participação efetiva da comunidade? Políticas de moradia impostas que não impactam em mudanças significativas, deixando de corresponder ou serem acompanhadas por melhorias.

Nos casos de construções de grandes obras, o Estado promove a desterritorialização de famílias, que são removidas para locais distantes, e, por vezes, insalubres, na perspectiva de construir novos territórios. Essa prática revela que não existem maiores preocupações do Estado em alocar as famílias para que tenham melhores condições de vida, reparando as perdas materiais e simbólicas sofridas no processo.

No contexto da Agrovila, é evidenciado que o Estado não se preocupa em acompanhar o reassentamento das famílias que receberam suas indenizações correspondente ao terreno mais a casa, como se fosse suficiente para reconstrução das histórias interrompidas. A ausência de uma política assistida, amplia os conflitos socioambientais existentes.

3.3 TERRITÓRIO COMO ESPAÇO VIVIDO E A COLONIALIDADE DO PODER

O processo de colonização imposto nas Américas a partir dos séculos XV e XVI, sob o domínio das potências imperialistas europeias, contribuiu para o modelo de sociedade atual, marcada por intensas desigualdades socioeconômicas.

Dessa forma, os europeus impuseram formas variadas de poder no território Americano, subjugando e explorando intensamente a mão de obra de povos indígenas e africanos. Segundo Quijano (2005, p. 3), isso envolve:

[...] a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo [que] conduziu à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.

Partindo desta perspectiva, constrói-se uma concepção de dominador e dominado atribuído ao processo de colonização, criando o conceito de raça a partir das diferenças de fenótipos entre os grupos distintos, fortalecendo a divisão de classes e provocando extermínio de povos indígenas e negros através de práticas desenvolvidas que determinava o trabalho forçado:

O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. (QUINJANO, 2005, p. 5).

Trata-se de uma prática que foi desenvolvida nas Américas ao longo de aproximadamente três séculos, tendo início ao final do século XV até o final do século XVIII com a Revolução Industrial, porém com impactos que perduram nos dias atuais, através de intensas desigualdades entre as classes sociais e exploração do trabalhador, revelando que o regime de escravidão continua existindo:

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. (QUIJANO, 2005, p. 5).

Os colonizados foram submetidos a várias formas de domínio forçado, no campo político, cultural, religioso e linguístico, passando a negar suas identidades e fazer uso de uma forma de vida que não condiz com suas histórias. Nesta perspectiva, a Europa Ocidental se coloca como hegemônica instituindo um padrão de controle e poder, com um discurso de levar a modernidade em tecnologia para outros povos. De acordo com Quijano (2005, p. 8):

Há, contudo, um conjunto de elementos demonstráveis que apontam para um conceito de modernidade diferente, que dá conta de um processo histórico específico ao atual sistema-mundo. Nesse conceito não estão, obviamente, ausentes suas referências e seus traços anteriores. Porém mais enquanto formam parte de um universo de relações sociais, materiais e intersubjetivas, cuja questão central é a libertação humana como interesse histórico da sociedade e também, em consequência, seu campo central de conflito.

Trata-se de uma modernidade que deve ser questionada, pois atende aos interesses do dominador, na perspectiva de ampliar as relações de dominação sobre outros territórios, expandindo, sobretudo, as economias das potências imperialistas.

A colonização em território brasileiro começa a ser desenvolvida utilizando mão de obra escrava dos povos indígenas e africanos que eram vendidos como mercadorias. Os recursos naturais são extraídos para comercialização no mercado europeu. O pau-brasil, a cana-de-açúcar e o ouro destacaram-se como produtos que lideraram o comércio em diferentes momentos históricos.

A exploração dos recursos naturais desenvolvida de maneira cada vez mais intensa, através do grande capital, incluindo o uso dos solos, teve uma forte influência do Brasil na divisão internacional do trabalho, assumindo uma função de país agroexportador, fazendo uso da expropriação do trabalho através de uma mão de obra barata (HAESBAERT, 2021).

As terras inicialmente divididas em capitanias hereditárias, hoje marcam a concentração fundiária dos grandes fazendeiros, revelam um aporte de soberania entre os sujeitos e continuam sendo marco de poder, concentradas nas mãos de poucas famílias com as atividades econômicas desenvolvidas a partir da exploração do trabalhador.

O capital financeiro se instala a partir de um modelo de produção capitalista pautado na acumulação primitiva que considera o lucro como fator primordial. O princípio do capitalismo é baseado no acúmulo de capital e, nesta perspectiva, utiliza a mão de obra do trabalhador explorando suas forças produtivas para aumentar a produção e ampliar os lucros das empresas.

O ponto de partida tradicional para a luta de classe foi a 'fábrica' – sendo a partir dela que a organização de classe foi construída através de movimentos sindicais, partidos políticos, etc. No entanto, o que acontece quando desaparecem as fábricas ou elas ficam tão imóveis que tornam a organização permanente muito difícil, quando não impossível? E o que acontece quando maior a força de trabalho se torna temporária ou ocasional? Sob tais condições a organização laboral pela via tradicional, perde sua base geográfica e seu poder diminui de modo correspondente. (LEFEBVRE, 2001, p. 141).

Podemos dizer que a história do Brasil foi marcada por movimentos de lutas e resistências. Grupos contra a colonização resistiram na perspectiva de defender seus territórios, em busca de uma democratização efetiva que atendesse aos

interesses das minorias que foram subjugadas ao longo dos anos, com seus direitos desrespeitados.

Nos termos da questão nacional, só através desse processo de democratização da sociedade pode ser possível e finalmente exitosa a construção de um Estado nação moderno, com todas as suas implicações, incluindo a cidadania e a representação política. (QUIJANO, 2005, p. 23).

Neste sentido, as comunidades tradicionais, como as Quilombolas, constituíram territórios que marcaram lutas de resistência no Brasil, onde os negros refugiados encontravam apoio e se fortaleciam enquanto grupo identitários, em defesa de seus ideais, suas crenças e valores trazidos do continente africano, fugindo da exploração e maus tratos do colonizador europeu.

Assim, o espaço vivido é também chamado de território na sua multidimensionalidade. Schmid considera que:

[...] utilizando-se do conceito de produção do espaço, propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social - do que se conclui que o espaço "em si mesmo" jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em "si mesmo". Ele é produzido (SCHMID, 2012, p. 3).

Nesta perspectiva, espaço e tempo são produzidos a partir das relações sociais desenvolvidas e apresenta significado para as pessoas que nele convivem configurando enquanto seus territórios.

Podemos citar as comunidades que viviam em seus territórios, às margens do rio Paraguaçu, antes da construção da Barragem Pedra do Cavalo, tinham suas histórias envolvidas numa realidade social bem diferente da qual passaram a ter no novo espaço, denominados de núcleos de reassentamentos.

No espaço dialético e fecundo, concebido como território, desenvolvem-se múltiplas relações na perspectiva de garantir o convívio dos moradores e suas sobrevivências. O território é o campo de atuação do sujeito e possui um significado muito importante para as pessoas que dele dependem diretamente. De acordo com Haesbaert (2021, p. 61-62),

[...] o território, que tem distintas entradas conforme seja acionado como categoria de análise intelectual, categoria normativa estatal ou categoria da prática cotidiana, “extrativismo” deve ser reconhecido também como categoria de uso no senso comum pelos grupos subalternos, como bem representado na histórica luta do movimento dos seringueiros brasileiros ao defenderem as “reservas extrativistas” como modelo alternativo aliando preservação e usufruto social.

Nesse ínterim, o território como categoria possui múltiplas dimensões e funcionalidades, sendo o termo empregado e estudado a partir da análise contextual estabelecida, considerando a dimensão espacial e temporal. O conceito de território é utilizado de formas diferentes, por grupos sociais diferentes, a depender da relação vinculada ao espaço. Para Saquet,

[...] o território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidade e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relação de poder; diversidade e unidade (2013, p. 24).

Os diversos movimentos sociais que surgiram na América Latina tiveram a perspectiva de defender os territórios dos grupos oprimidos, com o apoio de partidos políticos de esquerda que preconizam a democracia a partir da luta de classe social, a fim de minimizar os impactos das desigualdades sociais e assegurar melhorias na qualidade de vida das populações subalternas.

A prática do extrativismo, por exemplo, foi e continua sendo desenvolvida através de grupos que lutam pela terra, estabelecendo uma relação de uso e cuidado com os elementos da natureza. Trata-se de grupos indígenas, seringueiros, quilombolas, entre outros, que desenvolvem política de resistência em defesa de seus territórios, contra as práticas desenvolvidas através do grande capital financeiro.

Frente ao paradigma territorial hegemônico, centralizador e eurocêntrico, baseado na política colonial agroexportadora, tem-se o paradigma multiterritorial que se opõe à política estatal a partir das resistências e movimentos sociais, num espaço marcado por profundas desigualdades, exploração econômica, racismo, violência e extermínio de classes subalternas. No âmbito desta questão, o território sofre mudanças, envolvidas nas políticas de resistências destas classes que têm

os seus direitos negados e lutam para manter suas sobrevivências (HAESBAERT, 2021).

Neste contexto, o Estado reprime as relações socioeconômico-culturais que são desenvolvidas através dos agentes sociais subalternos em seus territórios e possuem grande significado em suas vidas. Fazendo uso da soberania, atua em defesa de interesses dos agentes econômicas em detrimento das classes sociais menos favorecidas, que por muitas vezes, são alijadas de seus direitos, sendo deslocadas para localidades remotas, com difícil adaptação de moradia.

Sendo assim, mesmo o território sendo resultado de uma aquisição direta, a partir da compra, o poder de uso poderá ser comprometido. Considerando o território numa perspectiva física ou simbólica, sabemos que poderá sofrer mudanças e os agentes sociais subalternos são prejudicados porque abandonam todo tipo de relação constituída, sendo colocados numa condição de vulnerabilidade, necessitando ocupar outros espaços que serão seus novos territórios.

3.4 DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DE BARRAGEM E AS RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA

Trazemos aqui uma abordagem sobre os conceitos de desterritorialização e reterritorialização no contexto de barragens, bem como analisamos a relação sociedade-natureza.

3.4.1 Processos de desterritorialização e reterritorialização

Como foi anteriormente discutido no trabalho, e considerando Haesbaert (2014, p. 57),

[...] Território, [...] em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.

O território quando é considerado numa perspectiva política convencional, evidencia o poder jurídico e soberano do Estado, que realiza intervenções no território. Analisando a complexidade dos processos de desterritorialização e reterritorialização:

[...] O que podemos depreender destas reflexões sobre a ambiguidade de um papel reterritorializador ou desterritorializador do Estado é que, primeiro o Estado é uma entidade muito genérica que deve ser historicamente situada, e segundo que ele carrega sempre, indissociavelmente, o papel de destruidor de territorialidades previamente existentes, mais diversificadas [...]. (HAESBAERT, 2020, p. 198).

No sentido de dominação política, os territórios estão sempre sofrendo mudanças para atender a novos “arranjos” econômicos, vinculados ao capital financeiro e físico. Nessa perspectiva, grandes obras de investimentos são implementadas, a exemplo de construção de barragens para gerar energia, causando grande descompasso nas vidas de muitas famílias, desterritorializadas:

[...] numa perspectiva política, o Estado seria o responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização na medida em que ele imprime a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial. O Estado fixa o homem à terra, mas o faz de forma despótica, pois detém uma relação de poder soberana. (HAESBAERT, 2020, p. 26).

Nesse contexto, evidencia-se a terminologia do território à soberania estatal, por dominação, que estabelece práticas de uso e controle sobre um determinado território/espço, na perspectiva de atender aos interesses das grandes corporações, criando novas territorialidades (HAESBAERT, 2020).

A terra é utilizada em aspectos diferentes e a relação homem-natureza é desenvolvida para fins de ocupação e uso dos recursos necessários à vida humana ou como mercadoria⁷ (CARLOS, 2007) a partir da exploração dos recursos, com uso excessivo para atender a demanda do capital financeiro. Dessa forma, o Estado

⁷ O espaço no capitalismo é entendido como mercadoria. É um produto do trabalho humano, um produto social, que se revela na contradição valor de uso/valor de troca, de acordo com Carlos (2007).

atende aos interesses do capital e funciona como principal agente da desterritorialização e reterritorialização.

Compreende-se por desterritorialização a perda de territórios sofrida por grupos subalternizados, historicamente marginalizados, como as comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, fundo de pasto, pesqueiras, extrativistas, bem como pequenos agricultores, posseiros e trabalhadores/as sem-terra. Essa desterritorialização pode ser entendida também como o processo de remoção forçada, de despejo, que leva a um procedimento posterior de reterritorialização em outro espaço, geralmente realizado pelo poder público, sem a opção de escolha própria do lugar de moradia pela população atingida. As consequências deste violento processo são diversas, a partir do momento que as relações sociais e (re)produtivas serão reconstruídas começando do zero, na maioria das vezes em condições de habitabilidade muito precárias e muito inferiores às condições anteriores.

A desterritorialização e a reterritorialização constituem ações conjuntas, onde os termos são interligados numa relação de interdependência, afetando diretamente uma população mais vulnerável. É na dimensão mais propriamente social da desterritorialização que:

[...] o termo teria melhor aplicação, pois, quem de fato perde o “controle” e/ou “segurança” sobre/em seus territórios são os mais destituídos, aqueles que se encontram mais desterritorializados ou em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados. (HAESBAERT, 2007, p. 85).

O movimento da população que implica em perda de território poderá ocorrer considerando diversas razões, porém, geralmente resulta no desenvolvimento de uma política de assentamento para reterritorializar as famílias desalojadas. A mudança de lugar promove diversas rupturas e aberturas de um movimento constante que vai configurando novas possibilidades estabelecidas, através de novas relações com a natureza, a cultura, o mercado e a sociedade, reconstruídos numa perspectiva diferente (SANTOS, 2006).

O Estado estabelece poderes sobre os territórios e assume um papel de desterritorializador e reterritorializador quando propõe o desenvolvimento de

projetos que implicarão no deslocamento definitivo de determinada comunidade, conforme ocorrido com a construção da Barragem Pedra do Cavalo – objeto de estudo deste trabalho – que promoveu a saída compulsória de famílias ribeirinhas (posseiros) que habitavam as margens do rio Paraguaçu, passando a ocupar o espaço reservado da Agrovila do Sobrado.

Assim, o processo de desterritorialização vai sendo configurado de acordo com os interesses do capital, atendendo ao modelo de produção, mas, ao mesmo tempo, sendo contraposto por movimentos contrários de resistência, e multiterritorialidades são formadas a partir deste cenário (HAESBAERT, 2020).

A reterritorialização prevista como política de Estado nem sempre acontece ou poderá levar um longo tempo para ocorrer, pois o processo de adaptação a um novo espaço constitui-se medida complexa, considerando o amplo contexto de mudanças socioeconômica e sociocultural que as famílias desterritorializadas são envolvidas e novas configurações geopolíticas territoriais serão construídas.

Em muitos casos, o Estado desterritorializa de forma voluntária, com acordos firmados e bem aceitos pela população atingida, mas também expulsa compulsoriamente esses moradores. “Mesmo uma conotação positiva e até otimista da desterritorialização não exclui, portanto, a dimensão da perda, negativa, que sempre a acompanha.” (HAESBAERT, 2021, p. 276).

Portanto, considerando a dimensão de promover grandes mudanças sobre os territórios, a partir de viabilidade de projetos hegemônicos, o Estado atua como principal agente responsável pela mudança da conjuntura social, conduzindo os processos de desterritorialização e reterritorialização, nem sempre ocorridos em perspectivas positivas para as pessoas envolvidas.

Cabe ao Estado desenvolver políticas de assentamento para as famílias que perderam seus territórios, porém o processo de reterritorialização vai sendo construído ao longo do tempo no espaço apropriado pelos próprios moradores, a partir da territorialidade – do convívio diário e das relações socioeconômicas, socioambientais e culturais estabelecidas no novo espaço que será constituído como território.

3.4.2 Relações sociedade-natureza

Ao longo da história da humanidade, as relações entre sociedade e natureza ocorreram de forma antagônica, considerando as diferentes culturas existentes entre os povos e as relações econômicas estabelecidas com o território no desenvolvimento das atividades produtivas.

Vale destacar que toda sociedade é dotada de um sistema de organização que institui normas e regras nas relações de convivência, constituindo uma concepção própria de natureza, onde o conceito é desenvolvido a partir das ideias, crenças e valores de um determinado grupo social, formando um dos pilares que sustenta às relações sociais (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Através de sistemas de relações com a natureza, as sociedades orientais e ocidentais se apresentam de forma mais ou menos harmoniosa ou conflituosa. As sociedades indígenas das Américas, por exemplo, costumam desenvolver um convívio harmonioso com a natureza, extraíndo apenas os recursos que são necessários à sua sobrevivência, permitindo, assim, que haja um tempo necessário para recomposição dos elementos, possibilitando à condição de resiliência.

As sociedades ocidentais construídas a partir da colonização, desenvolvidas com as grandes navegações marítimas e comerciais, instituíram relações com a natureza de forma dualista e conflituosa, sendo os elementos naturais extraídos de forma excessiva, através da exploração dos recursos naturais, como a extração do pau-brasil, o cultivo da cana-de-açúcar etc., na perspectiva de gerar lucro e atender às demandas do capital financeiro.

Nessa perspectiva, o espaço começa a ser modificado a partir das relações que vão sendo projetadas através da sociedade, de acordo com Haesbaert (2021, p. 27),

O espaço em sua multidimensionalidade, o ambiente em sua complexa dinâmica sociedade-natureza, o território nas múltiplas formas com que revela o poder que temos sobre/com o espaço/o ambiente, cada região em sua diferença/especificidade e cada lugar em sua identidade revelam, mais do que nunca, a importância da dimensão geográfica ou espacial da sociedade.

A natureza é considerada objeto de domínio e exploração através do homem, que não se vê enquanto elemento pertencente ao sistema natural, sendo um “agente destruidor”, regula o capital financeiro desenvolvendo várias formas de exploração dos recursos naturais que resulta em grandes impactos, sendo ampliado na proporção que a industrialização aumenta. A Revolução Industrial desenvolvida a partir do século XVIII é ancorada no sistema capitalista e trabalha com a produção de lucro para as empresas, acelera o processo produtivo com maiores resultados em menor espaço de tempo, fazendo uso intenso dos recursos naturais, na escala de produção, especialmente nos países centrais industrializados.

Considerando a relação de domínio sobre a natureza, os agentes de poder, como o Estado e as grandes empresas, são os principais modificadores ou transformadores dos ambientes naturais, atuando sempre na perspectiva de movimentar o sistema financeiro alinhado aos interesses do capital. Esses agentes atuam em parceria, possuem soberania sobre outros agentes sociais e sobre a natureza.

Nas grandes obras, os impactos ambientais acontecem numa dimensão “assustadora”. A remoção das pessoas de seus territórios estabelece uma ruptura na relação sociedade-natureza, com uma hierarquia de poder demarcando as forças produtivas que “empurra” para locais distantes, muitas vezes isolados ou inóspitos, as comunidades consideradas minorias, como quilombolas, indígenas e posseiros. Nesse sentido, a relação entre sociedade-natureza segue uma trajetória revelando a dicotomia entre sujeito e objeto. O homem, sujeito, explora de forma intensa os recursos naturais, sufocando a natureza, objeto, que muitas vezes não apresenta um tempo considerado necessário para recompor as perdas ocorridas, ocasionando grandes impactos ao ambiente.

Os impactos ambientais constituem grandes preocupações para os cientistas modernos, especialmente a partir da segunda metade do século XX com a expansão da Revolução Industrial por todo o planeta. Nesta perspectiva, a ciência passa a questionar a separação entre sujeito e objeto, cultura e natureza, pois o conhecimento se constrói no processo de relação e não de forma antagônica. Esse aspecto estabelece várias críticas à concepção de mundo desenvolvida na

sociedade ocidental, que se consagrou a partir da dicotomia entre sociedade e natureza, desenvolvendo uma epistemologia baseada na ideia de conviver considerando as diferenças (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Na perspectiva de atender aos interesses econômicos, a relação sociedade-natureza não ocorre considerando o respeito às diferenças. Os agentes econômicos, partindo da concepção de grandes projetos empreendedores, desenvolvem obras em espaços que consideram por eles convenientes, sem revelar preocupação de monitoramento com os agentes envolvidos, sobretudo com o meio ambiente.

A partir da construção da Barragem Pedra do Cavalo, a relação sociedade-natureza foi considerada muito difícil, porque as condições físicas naturais no novo espaço, núcleos de reassentamento, eram precárias para o desenvolvimento das atividades (re)produtivas que garantisse a permanência do sujeito no espaço, a exemplo do solo improdutivo, arenoso ou pedregoso e a água escassa, revelando problemas e conflitos socioambientais.

4 “MINHA TERRA, MINHA TERRA, ELA LÁ E EU AQUI, QUE OS ANJOS DO CÉU ME LEVAM PARA ONDE EU NASCI”⁸

Esse capítulo analisa a vivência e a coletividade no antigo território, e os problemas e desafios enfrentados pelas famílias no reassentamento na Agrovila do Sobrado.

4.1 O “MEU-LUGAR”: VIVÊNCIA E COLETIVIDADE

Recordamos que as 23 famílias reassentadas na Agrovila do Sobrado por causa da construção da Barragem Pedra do Cavalo eram formadas por trabalhadores rurais humildes, que viviam uma vida simples a partir do trabalho livre, baseado na agricultura e na pesca de subsistência.

Em entrevista com 21 das 23 famílias reassentadas⁹, foi relatado que em relação à pesca, esta era realizada através de rede ou anzol, porém os moradores respeitavam o ciclo de reprodução dos animais, pois não lançavam redes em período de desova ou quando os peixes eram pequenos e não atendiam ao consumo. Esta atividade era realizada por homens adultos e também por mulheres e crianças.

Foi revelado, através dos moradores, que o rio apresentava um volume de água pequeno, sendo facilmente possível atravessar de uma margem para outra. O peixe conhecido como Novato ou Tucunaré era o mais pescado na região, vendia-se facilmente, porque tem a carne muito saborosa. Camarão de água-doce era também muito pescado, passava por um processo de cozimento, em seguida era defumado e colocado à venda.

Os principais produtos agrícolas produzidos no antigo território eram: milho, feijão, batata-doce, abóbora e o fumo. Através da agricultura de subsistência, desenvolvida tradicionalmente nos meses do ano que existe um maior índice pluviométrico, a expectativa pelas “águas de março fechando o verão, são

⁸ Título tirado da fala de um morador entrevistado.

⁹ Ver metodologia nas páginas 19 a 22.

promessas divinas no meu coração”¹⁰, sempre foram esperadas pela comunidade. Período que marca o final do verão muito quente, com baixa pluviosidade e altas temperaturas, e o outono, com maior regularidade de chuvas, apresentando temperaturas mais baixas.

Os católicos religiosos da comunidade normalmente aguardavam o dia 19 de março, também conhecido como o dia de São José, para iniciar a plantação. Esta data sempre foi esperada e marcada por fortes chuvas, as chamadas “chuvas de São José”. No dia seguinte, eram lançadas as sementes ao solo. No início de março, as terras eram preparadas e limpas. Os trabalhadores utilizavam instrumentos considerados rudimentares que exigiam um grande esforço braçal, a exemplo da enxada, foice e facão. Essas técnicas não mecanizadas, geralmente ocasionam um amplo desgaste físico, produzindo um maior cansaço do trabalhador para deixar as terras em ponto de plantio.

A agricultura dos grãos era desenvolvida com auxílio da técnica de plantio conhecida como mutirão ou adjutórios¹¹. Uma cooperação coletiva dos moradores era realizada para lançar ao chão as sementes de grãos, como milho e feijão, utilizando as mãos e enterrando com o movimento dos pés cobrindo-as com a terra. Esse método também era utilizado para o plantio do fumo.

Os trabalhadores rurais sempre tiveram o cuidado em ir diariamente para as roças, a fim de acompanhar o processo de crescimento da agricultura. Limpava realizando capina, adubava se necessário e podava, afastava fungos e bactérias utilizando pesticidas, enfim, todo o processo era desenvolvido e acompanhado com muito cuidado do início ao fim.

O milho e o feijão, quando maduros, eram consumidos. Normalmente no mês de junho, festejos juninos, comia-se milho assado na fogueira, cozido, e muitas receitas eram realizadas, a exemplo da pamonha, canjica, mingau, lelê, cuscuz, entre outras.

¹⁰ Trecho da música “Águas de Março” de Tom Jobim.

¹¹ Adjutório é uma relação de comunhão que tem como princípio à reciprocidade genuína fundamentada na solidariedade, na partilha, na gratuidade, na fraternidade, na cooperação e na satisfação pessoal.

Quando a colheita era bem generosa, bem como em relação à atividade pesqueira, o excedente das produções era vendido nas feiras-livres. Com esse dinheiro, os agricultores e pescadores adquiriam nos mercados, além de proteínas, como carnes e frangos, os produtos processados e industrializados, como o açúcar e o arroz.

A maioria dos produtos agrícolas não apresentava técnicas de armazenamento que promovessem uma grande durabilidade sem causar prejuízos. O feijão e o milho, por exemplo, não tinham como serem armazenados por muito tempo, para além de seis meses, porque estragavam as sementes, dando uma praga denominada pelos agricultores de “gorgulho”¹². Portanto, a venda do excedente fazia-se necessária.

No antigo território, praticamente não se utilizavam fertilizantes no processo produtivo, já que o solo era muito fértil, conhecido por todos como “terra-roxa”¹³ ou solo de massapé. Esse tipo de solo é rico em nutrientes e o resultado da produção normalmente é garantido. Esporadicamente produzia-se em pequenas quantidades, quando as condições do tempo não ajudavam, apresentando fortes temperaturas e baixas pluviosidades.

Os moradores também plantavam nos quintais de suas residências produtos orgânicos, como: verduras, legumes e hortaliças, entre eles tomate, pimentão, coentro, alface, cebola, abóbora, quiabo etc., comumente sem fazer uso de elementos químicos, promovendo uma alimentação saudável para o consumo próprio, sobretudo evitando a compra desses produtos.

O plantio agrícola do fumo, cultura com presença marcante por muitas décadas no Recôncavo Baiano, representava-se com grande destaque sendo um dos principais produtos cultivados pelos agricultores devido ao valor comercial apresentado no mercado.

¹² O inseto pode ser prejudicial para diversas culturas, tanto em sua fase como larva, assim como o gorgulho adulto. A espécie ataca o grão que acaba perdendo peso, assim, como a qualidade.

¹³ Solo conhecido como terra roxa, é extremamente fértil, possui uma coloração avermelhada, resultado da decomposição de rochas composta por basalto que tem origem vulcânica. O solo de massapé, é caracterizado pela elevada fertilidade.

Trata-se de um produto agrícola que requer muito cuidado no manejo. Inicialmente, planta-se as mudas, acompanha-se o desenvolvimento e crescimento, retira-se os brotos e, quando em ponto adequado de crescimento, corta-se, amarra os cortes nas proporções de tamanho, por fim, pendura para o processo de secagem das folhas, habitualmente nos telhados dos armazéns ou das próprias residências, por um tempo que dura em torno de dois a três meses.

Quando as folhas do fumo estavam secas, os agricultores do antigo território costumavam realizar mutirões para retirar as folhas dos galhos, amarrando-as em pequenos montes, processo este conhecido e chamado de “bonecar” ou fazer bonecas com o fumo. Esses mutirões ou adjutórios constituíam em colaboração coletiva, realizada em período de plantio e colheita das culturas específicas de milho, feijão e fumo. Geralmente eram considerados trabalho e diversão, pois na medida em que as pessoas trabalhavam, todos se divertiam coletivamente, segundo a maioria das famílias entrevistadas.

Estas práticas promoviam encontros de vizinhos, com rodas de conversas, bate-papo e conto de estórias. A seleção e o armazenamento das folhas secas do fumo normalmente aconteciam à noite e, ao mesmo tempo em que os adultos trabalhavam, as crianças brincavam alegremente, envolvendo-se em cantorias e samba de roda, num clima de muita felicidade e afetividade.

Além da agricultura e da pesca, a caça de pássaros era realizada em pequena proporção. Também os moradores criavam animais de pequeno porte, como: galinha, peru, porco, cabra e ovelha, habitualmente nutridos nos quintais das residências, e atendiam ao abate e consumo, e ainda ao pequeno mercado de venda.

Nesse contexto, os moradores entrevistados relataram que nunca passaram por dificuldades alimentar no antigo território, nos seus “lugares”, porque o solo era rico em nutrientes. Mesmo quando a seca castigava, com baixo índice pluviométrico e fortes temperaturas, era garantido o mínimo de colheita, contribuindo para manter a sobrevivência das famílias.

Atividades culturais também eram desenvolvidas pelas famílias de forma coletiva, como a participação em festas juninas. Anualmente o mês de junho era

festejado com muita alegria, forró e quadrilha. Essa tradição contagiava os moradores, adultos e crianças que saíam pelas casas cantando, dançando, comendo e bebendo. Muitos moradores no antigo território se envolviam nos festejos de Santo Antônio, São João e São Pedro.

Havia também a popular Festa de Reis no mês de janeiro. Segundo relato de uma moradora:

Na antiga morada havia muita coisa boa. Lembro das festas de Reis que eram realizadas lá. No período de festa, a gente saía às noites para as casas das pessoas e acordava os moradores com a cantoria e ali fazíamos o samba de roda [...] com cantoria e alegria, comida e bebida à vontade que a gente levava e que os moradores ofereciam.
Oooo de casa ooo de fora (bis)
Maria vem vê que ééé (bis)
Sou o cantador de Rei (bis)
Quem mandou foi São José (bis).
(Entrevista 7, dez./2021).

Presépios eram montados e os três Reis Magos, que saudaram Jesus em seu nascimento, levando incenso, ouro e mirra, eram destacados. Apresentava um significado religioso muito forte, com cantos específicos, envolvido em samba de roda, com muita diversão e alegria, promovendo interação entre as famílias que se encontravam para cultuar os Santos devotos e, ao mesmo tempo, brincar e se divertir.

No entanto, toda essa vivência e coletividade – as territorialidades, as relações com o ambiente onde tiravam os meios de sua subsistência, além da identidade, da apropriação da cultura regional e religiosa, a convivência pacífica e a vida simples observada neste subcapítulo, mudaram totalmente com a desterritorialização de forma forçada pelo Estado dessa população para serem reassentadas em um novo espaço, a Agrovila do Sobrado. Isso trouxe diversos problemas e conflitos, o que poderá ser evidenciado no seguimento do trabalho.

4.2 PROCESSO DE REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS

Após a inauguração da Barragem Pedra do Cavalo no ano de 1985, a política de realocação das famílias começou a ser efetivada nos novos espaços

denominados de núcleos de reassentamento. Nove municípios baianos foram diretamente afetados com a formação do grande lago (Figura 6): Cachoeira, São Felix, Governador Mangabeira, Santo Estevão, Conceição da Feira, Castro Alves, São Gonçalo dos Campos, Feira de Santana e Muritiba (Cabaceiras do Paraguaçu até 1989 era distrito de Muritiba). 1.660 famílias foram removidas de seus territórios e contempladas com a proposta de reassentamento, sendo que 700 famílias foram cadastradas para a primeira etapa, 230 famílias cadastradas para uma segunda etapa e 730 restantes indenizadas por constituírem médio e grandes proprietários rurais (PALMA, 2007).

Figura 6 – Grande lago da Barragem Pedra do Cavalo - 2021



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Sílvia Conceição, out. 2021.

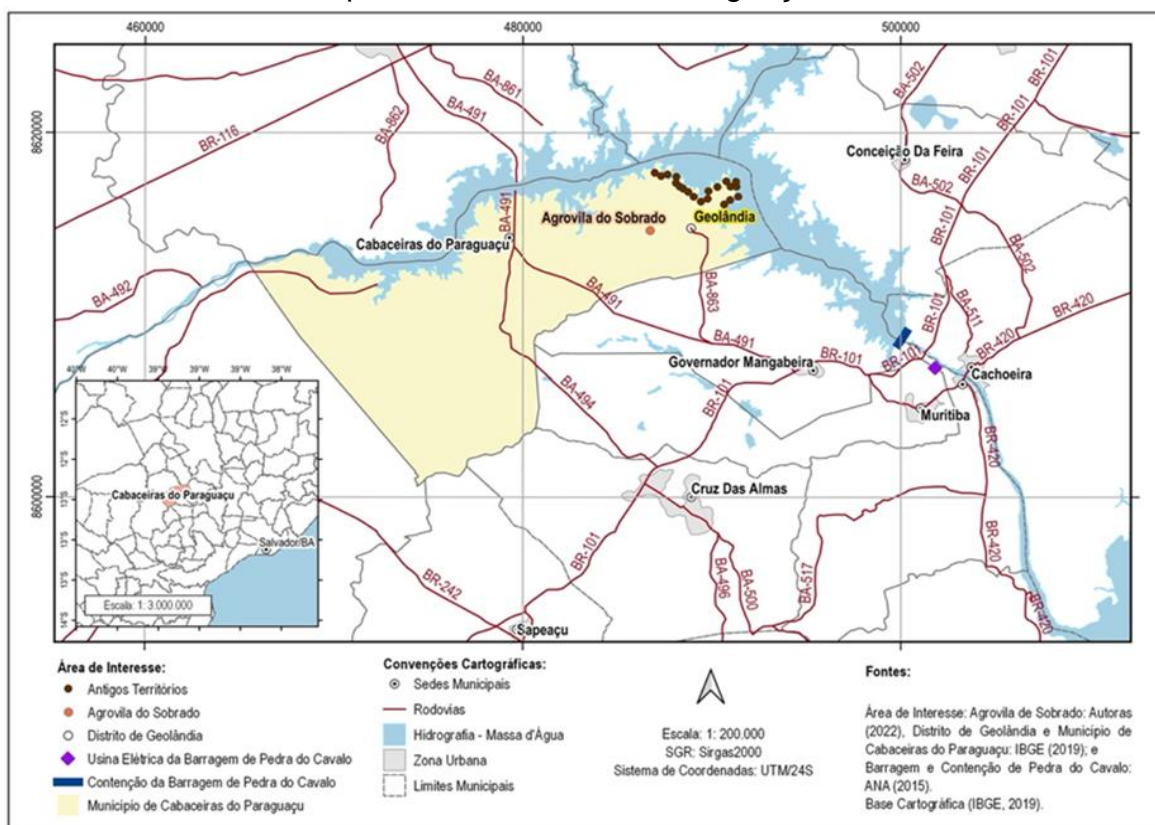
O município de Muritiba foi contemplado com três núcleos de reassentamento: na primeira etapa, com terras desapropriadas das Fazendas Lagoa Comprida (23 famílias), Olhos D'Água (9 famílias), constituindo os reassentamentos da Agrovila do Sobrado e Mucambo, respectivamente, e na segunda etapa, o reassentamento de Pontal com desapropriação das terras da Fazenda Pontal de Itaporã, contemplando 45 famílias (PALMA, 2007, p. 78-79).

Na primeira etapa foram realocadas as famílias que residiam mais próximas à margem do rio, considerando que estas seriam as primeiras a serem atingidas

com a inauguração da barragem; porém, na segunda etapa, foram reassentados aqueles que moravam mais afastados da margem, mas dentro da demarcação estabelecida com piquetes através da Desenvale, com o argumento que seria o limite de alcance das águas do grande lago.

O núcleo de reassentamento que compreende a Agrovila do Sobrado – área de estudo – (Figura 7) fez parte da primeira etapa, com 127 ha de terras que foram desapropriadas da Fazenda Lagoa Comprida, para indenizar 23 famílias de posseiros que viviam às margens do rio Paraguaçu, no Distrito de Geolândia (PALMA, 2007, p. 79).

Figura 7 – Localização da Agrovila do Sobrado e antigos territórios dos posseiros no município de Cabaceiras do Paraguaçu/BA - 2022



Fonte: Elaborado pela profissional Racquel Costa a pedido da pesquisadora Silvia Conceição, 2022.

O processo de reassentamento teve início com a inauguração da barragem em 1985, porém as ocupações da Agrovila do Sobrado ocorreram no final deste ano e início de 1986. O deslocamento das famílias de seus antigos territórios

provocou problemas socioambientais, resultando em grandes conflitos. Os posseiros que viviam da pesca e da agricultura, anteriormente relatado, passaram a conviver em meio a muitos desafios, a partir das mudanças no acesso a certos recursos naturais fundamentais para a subsistência e a qualidade de vida da comunidade. Entre os conflitos vivenciados pelas famílias podemos citar a escassez da água, a infertilidade do solo, além do próprio deslocamento forçado.

Os terrenos ofertados como indenização de suas antigas moradias não foram escolhidos pelos posseiros, mas determinados pelo governo do Estado da Bahia, com instalações de infraestrutura e condições físicas precárias. Nesse contexto, as famílias foram deslocadas e assentadas em um espaço desconhecido pela intervenção do Estado, principal agente causador da desterritorialização e dos problemas socioambientais. Não assumiu a responsabilidade legal efetiva com a reterritorialização dos agentes excluídos e concebeu a natureza de forma estática, deixando de considerar as mudanças de solo, água e ar em espaço/tempo/territórios (ACSELRAD, 2004), tornando-se alheio a fatos essencialmente importantes para essas famílias.

Alguns aspectos, como a ausência de uma política negociada e de programas de apoio efetivo a uma reinserção ambiental dos agentes realocados, contribuiria para ampliar os problemas socioambientais, gerando ainda mais conflitos.

As dificuldades que se apresentam no contexto da reterritorialização a partir das trajetórias vivenciadas pelos moradores, suscitam diversas análises do contexto a que foram submetidos a partir da perda de seu território, na perspectiva de compreender o processo através do tempo e do espaço.

A análise em estudo revelou que os problemas existentes impactaram negativamente na qualidade de vida dos moradores da Agrovila, comprometendo a adaptação no território. Sabemos que toda mudança brusca produz inúmeros prejuízos para aqueles grupos diretamente envolvidos. Neste caso de (des)reterritorialização, os prejuízos são materiais/financeiros e simbólicos/culturais, conforme serão revelados ao longo desta pesquisa. Trata-se

de um espaço que demorou a ser constituído como território de pertencimento em decorrência dos problemas apresentados.

Em entrevista com as 21 família reassentadas na Agrovila, muitos moradores demonstraram ter conhecimento do processo que estariam envolvidos ao responderem que a Desenvale realizou um trabalho antes de começarem as obras, levando as informações sobre a construção da Barragem Pedra do Cavalo, que o volume das águas do rio seria alterado a partir do barramento e formaria um grande lago, implicando no deslocamento forçado das famílias que residiam às margens do rio nos municípios diretamente afetados.

A notícia do empreendimento transmitida através da Desenvale não foi bem aceita por todos. Enquanto alguns moradores desejavam sair do lugar que moravam por considerar distante do centro comercial de Geolândia, outros não tinham problemas quanto a esta situação e gostavam de viver às margens do rio com terras férteis e água em abundância. Em consonância com o que afirma Saquet,

O território aparece como ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação, natureza não transformada e a desterritorialização, como mudança, transformação, separação, desligamento. Também há uma preocupação central entre o imaginário e o movimento. Na desterritorialização, tanto a pata como o galgo, são tirados do lugar de origem, são metamorfoseados socialmente (2013, p. 110).

Houve resistência das famílias em sair de seus territórios, porém não tiveram apoio algum de órgãos e entidades para lutar contra a proposta da construção da barragem, que já estava projetada e com a execução em andamento.

Por esta razão, o processo de desterritorialização foi considerado arbitrário para aqueles que ali viveram toda a sua história, nascidos e criados, conhecedores do espaço, constituído como território de identidade, o lugar, onde sempre realizaram diversas relações sociais e de produção para garantir as suas subsistências. Porém, outros vislumbravam novas perspectivas com possibilidades de melhorias, criar independência ao desvincular-se dos fazendeiros que tiveram presos ao longo de suas vidas, conforme diz o morador:

Para mim foi bom vir morar aqui, porque agora a gente tem o que é nosso, a nossa terra, mesmo considerando todas as dificuldades. Agora, podemos dizer que moramos em nossa propriedade. Não é do fazendeiro, é nossa, fruto de uma indenização que tínhamos direito e recebemos. (Entrevista 12, dez./2021).

O sonho de alguns moradores de ser proprietário de sua terra, muitas vezes, impossibilita-os de enxergar problemas físicos e estruturais mais profundos que contribuem para precarizar as condições de vida no espaço. A saída do antigo território representou para os moradores uma grande ruptura nas relações econômicas, sociais e culturais, um verdadeiro desenraizamento de seus territórios, sobretudo, um cenário de dúvidas e incertezas sobre o novo espaço.

O Estado constituiu-se como o principal agente desterritorializador e reterritorializador, e o deslocamento das famílias de seus territórios foi considerado necessário para este agente, responsável pelo empreendimento da construção da Barragem Pedra do Cavalo, representado através da empresa Desenvale.

A Desenvale construiu os núcleos de reassentamentos com a demarcação de 10 tarefas de terras para cada família indenizada, e uma casa, conforme mostra a Figura 8, seguindo um padrão único, dividida em: dois quartos, duas salas – estar e jantar, uma cozinha, um banheiro e uma varanda.

Figura 8 – Modelo padrão de casa na Agrovila do Sobrado - 2021



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Silvia Conceição, out. 2021.

A empresa também foi responsável por realizar as transições/mudanças das famílias do antigo território para a Agrovila. O dia era previamente agendado e, através de um caminhão, os pertences eram levados e instalados na nova moradia. No início havia uma assistência técnica da empresa com apoio e acolhimento às famílias, e algumas ações eram realizadas, como: distribuição de refeições ao meio-dia, disponibilização de uma equipe médica para atendimento à saúde das famílias, e também um programa de desenvolvimento do governo conhecido como “Cabra Forte”¹⁴.

As famílias tiveram apoio da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado da Bahia (FETAG) durante mais ou menos cinco anos. Iniciou dialogando com as famílias quando moravam nas margens do rio, até um ano após reassentados. Este órgão desenvolveu um importante papel negociando e mediando acordos entre os trabalhadores e a Empresa Desenvale, na perspectiva de assegurar os direitos trabalhistas e minimizar os prejuízos. Em entrevista à coordenadora da FETAG, Cristina Cruz, foi revelado a importância deste órgão para a classe menos favorecida, que normalmente não possui voz representativa para mediar as relações e assegurar a escuta junto aos agentes dominantes, responsáveis pela construção da barragem.

A FETAG desenvolveu grande movimento em apoio aos atingidos pela construção da Barragem Pedra do Cavalo. Foi desenvolvido um trabalho de interlocução entre os trabalhadores rurais, considerando as pautas de reivindicações e a empresa Desenvale, responsável pela construção da barragem, na perspectiva de atenuar os conflitos e assegurar os direitos às pessoas diretamente atingidas. (Entrevistada, Cristina Cruz, dez./2021).

O Sindicato Rural do Município de Muritiba esteve junto apoiando os trabalhadores, porém a atuação maior foi da FETAG, que estreitou as relações entre as partes envolvidas, minimizando os problemas e conflitos decorrentes do processo, e auxiliando nas atividades (re)produtivas. A Federação de Trabalhadores desenvolveu um trabalho para além das famílias que perderam seus

¹⁴ Cabra Forte foi uma política do Governo Estadual implementada na Agrovila que não deu certo. O projeto foi criado para atender os pequenos produtores de caprinos e ovinos, objetivando a inserção social desses produtores através da geração de renda originada na atividade.

territórios, alcançando também aqueles que não moravam nas terras, mas ali desenvolviam atividades trabalhistas. Conforme depoimento de um morador,

Nunca vou esquecer do apoio da FETAG, que me ajudou a conquistar uma parte da terra aqui na Agrovila. Eu não morava próximo ao rio, era vaqueiro de Carlito Santana. Como perdi meu emprego, fui também beneficiado com a terra graças a FETAG, pra mim foi muito bom, agradeço a Deus. (Entrevista 10, dez./2021).

No entanto, com a política de reassentamento efetivada, as famílias foram acompanhadas e assistidas pela FETAG apenas por um ano. Ou seja, em pouco tempo aconteceu o abandono, a comunidade parecia que não existia, envolvida a uma “invisibilidade política” quanto aos seus pleitos e demandas. Importante ressaltar que:

A constituição brasileira de 1988, promove o princípio da participação da sociedade civil, de cada cidadão no exercício do poder e diversos direitos. O Estado permanece sua atuação neoliberal, ocupando-se do mercado, desocupando-se das questões sociais por conta desta partilha com a sociedade civil organizada [...]” (RODRIGUES, 2011, p. 11).

A ausência do envolvimento e participação da comunidade na tomada de decisões políticas reforçam os problemas sociais. Frente a esta realidade, emergem sinais de tristeza, desilusão e descrença (relatados em entrevistas) envolvidos em problemas e conflitos que se tornaram cada vez mais evidentes. O cenário de descaso foi preocupante até mesmo para aqueles que acreditavam em morar num lugar melhor, sonhando com uma nova realidade, ao ver na Agrovila um espaço completamente desassistido pelo poder público.

As famílias atingidas também precisaram buscar apoio dos movimentos sociais para estabelecer uma interlocução com a empresa responsável pelo reassentamento e com o Estado, na perspectiva de solucionar os problemas e conflitos, garantindo emancipação política e autonomia.

Portanto, no caminho que se percorre, apesar dos percalços e ainda dificuldades de garantir tal autonomia, ousamos pensar em uma possível nova retomada, mais ampliada do campo da política: para os modos de subjetivação como política em um ato de poder em relação ao cotidiano em micro-relações em modos de comportar e ser. (RODRIGUES, 2011, p.13).

É necessário pensar coletivamente projetos de políticas públicas, voltadas para a realidade existente, na perspectiva de atender as necessidades locais, tendo em vista que os espaços físicos são diferentes. Os sujeitos sociais são dotados de consciência e vivência, possuem criticidade e entendem as suas demandas, diferente de quando são determinadas por terceiros.

Assim, medidas eficientes que envolvem a participação das comunidades dizem respeito à formação e participação em movimentos, a exemplo de Sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações, entre outros. Através destes, é possível se organizar e lutar contra qualquer tipo de exploração ou injustiça, fortalecendo as reivindicações das famílias e assegurando, minimamente, os direitos humanos preconizados através da constituição e o acesso aos recursos necessários à sua sobrevivência.

4.3 A AGROVILA DO SOBRADO: PROBLEMAS E DESAFIOS

Com a proposta do reassentamento na Agrovila muitas mudanças aconteceram. O foco das relações ficou muito voltado para a resolução de problemas e conflitos, de ordem física e estrutural. A vida em comunidade também acentuou as desigualdades e algumas desavenças.

O acesso às águas e o solo constituíram os maiores problemas de ordem física, por se tratar de recursos essenciais que garantiriam à manutenção das vidas dos moradores na Agrovila. A água é escassa, proveniente de uma única fonte, sem condições de atender às necessidades da comunidade, tanto em quantidade quanto em qualidade¹⁵, e o solo precário, impróprio para o desenvolvimento das práticas agrícolas.

As características físicas apresentadas no solo os caracterizavam como do tipo arenoso¹⁶. Em algumas propriedades era evidenciado o afloramento de rochas (Figura 9). Em ambos os casos tornava-se impróprio o desenvolvimento da

¹⁵ O problema do acesso à água será discutido no próximo capítulo.

¹⁶ O solo arenoso é o nome dado para aqueles que se destacam pela grande proporção de areia (70% ou mais) e menor parte em argila (15% ou menos). É constituído por grãos de areia que o torna pobre em nutrientes.

agricultura. Por esta razão, algumas famílias relatam nas entrevistas terem passado fome por não conseguir produzir e, assim, retirar o seu sustento.

Figura 9 – Vegetação de caatinga com afloramento rochoso na Agrovila do Sobrado - 2021



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Silvia Conceição, out. 2021.

Dessa forma, não foi possível lançar no solo da Agrovila a mesma proposta de plantio realizada no antigo território, sem antes obter um maior conhecimento do mesmo, para um melhor manejo. Após um tempo, com a insistência em manter o plantio conhecido, os trabalhadores resolveram adicionar adubo químico e fertilizante para garantir minimamente a produção agrícola conhecida e realizada por todos na antiga morada: milho, feijão, batata-doce, abóbora, legumes e fumo.

Cada tipo de solo requer o desenvolvimento de práticas agrícolas específicas, não é possível, simplesmente, transferir as culturas cultivadas em determinado lugar para outro, sem considerar as diferenças relacionadas aos aspectos físicos e naturais existentes. De acordo com o Estadão (2021, s.p.),

Para que o plantio em solo arenoso seja bem sucedido, é essencial que o agricultor realize o manejo nutricional correto da terra. Desse modo, solos arenosos necessitam um maior monitoramento da fertilidade por conta da propensão à erosão. Por isso o produtor deve estar atento a estrutura do solo, evitando sua compactação.

Na Agrovila, além do uso de adubos e fertilizantes, as máquinas pesadas, como o trator, passaram a fazer parte do processo produtivo, na perspectiva de preparar a terra, arando e gradeando, deixando pronta para o trabalhador iniciar o plantio. Porém, apesar das novas estratégias serem inseridas no manejo agrícola, o solo nunca correspondeu bem à agricultura praticada, fator que contribuiu ao longo dos anos para aumentar os problemas sociais, levando muitas famílias a manter uma dependência dos programas assistenciais do governo para garantir a sobrevivência, como o Bolsa Família.

Assim, a tentativa de manter as atividades econômicas que eram desenvolvidas nos antigos territórios, como a agricultura de subsistência, não trouxe bons resultados. Em meio às diferenças físicas, o solo por se apresentar pobre em nutrientes, não conseguia responder igualmente ao solo de massapé.

A atividade pesqueira tornou-se reduzida em decorrência da longa distância da Agrovila para o rio – 7 km para os antigos territórios e 3 km para uma outra margem, tendo que solicitar a outros fazendeiros para entrar em suas terras, acessar o rio e ancorar as canoas.

Os grandes fazendeiros da região, formados pela elite que controla politicamente o poder da Prefeitura, sempre exerceram um domínio sobre as terras que se encontram às margens do rio, proibindo o acesso a outras pessoas a partir do cercamento, permitindo apenas àqueles trabalhadores que residiam em suas propriedades, em troca de serviços prestados.

A partir das condições apresentadas, acessar o rio tornou-se um impeditivo, na medida em que o trabalhador já não possui vínculo com as terras às suas margens. Indenizado, passou a residir em sua propriedade, localizada bem distante da que morava e mantinha relação de convivência com o fazendeiro ao trabalhar em suas terras por muitos anos.

Considerando os problemas que se apresentaram com a chegada das famílias ao novo espaço, podemos dizer que o processo de adequação foi muito complicado para os trabalhadores rurais se adaptarem num lugar, onde o acesso à água era precário e não havia boas condições de lançar a semente ao solo e obter a produção, na medida que apresentavam características físicas impróprias ao desenvolvimento de práticas agrícolas. De acordo com Hasbaert,

[...] a identidade em seu sentido reterritorializador não constitui simplesmente um transplante da identidade de origem, mas uma amálgama, um híbrido, onde a principal interferência pode ser aquela da leitura que o outro faz do indivíduo migrante. (2020, p. 249).

Por outro lado, tentando conviver com tanta adversidade, perguntamos nas entrevistas aos moradores o que fizeram para tornar a Agrovila um espaço melhor para morar? Eles responderam que fortaleceram os laços de união e começaram a se ajudar coletivamente para superar as dificuldades que se apresentavam para todos. Um sentimento de solidariedade é cada vez mais intensificado na dimensão coletiva, quando uma família passa a viver o problema do outro mais de perto, acolhendo e tentando buscar as soluções, trazendo de volta suas relações de coletividade como tinham no antigo território, como podem ser evidenciados nos relatos dos moradores entrevistados:

Sempre passei fome ao vir morar aqui, não tinha como plantar, porque o solo não dava resultado, daí os vizinhos me ajudaram. Hoje vivo melhor, mas aqui não é lugar de se viver. (Entrevistada 8, dez./2021).

O solo aqui é muito ruim, não serve para nada, a gente planta porque é o que sabemos fazer, mas perdemos tempo. Sempre foi assim, o que se colhe é muito pouco, quem não tem outra fonte de renda por aqui, passa fome de verdade. (Entrevistado 11, dez./2021).

Além dos problemas de ordem física, referente à água e o solo, houveram também problemas de ordem estrutural, como a falta de transportes para promover o deslocamento das pessoas da Agrovila para outros lugares, como Geolândia, Sobrado e a sede do município, a cidade de Cabaceiras do Paraguaçu.

Percebe-se que as condições de instalação para as famílias reassentadas foram bem precárias. Todos estes fatores contribuíram para dificultar a

permanência de alguns moradores no novo espaço, especialmente dos jovens que não conseguiram encontrar condições de trabalho e foram impulsionados a realizar o deslocamento para as cidades grandes em busca de alternativas de trabalho e sobrevivência. Entre as cidades grandes, Salvador e São Paulo constituíram o destino daqueles que abandonaram o território, deixando para trás as suas famílias, conforme os relatos das mães, a seguir:

Ao vir morar aqui, tive muitas perdas. A maior de todas, que até hoje dói no meu coração, foi que os meus filhos, todos, foram morar em São Paulo, e acabei ficando sozinha. Apesar de eu ter muitos irmãos vivendo por lá, nunca quis ir, porque não gosto de viver em cidade grande, prefiro o meu canto, sossegado, tranquilo, aqui na roça. (Entrevista 1, dez./2021).

[...] quando vim morar na Agrovila, ocorreu uma mudança grande na minha família. Meus filhos, e outros jovens, não gostaram daqui e foram tentar condições de trabalho em São Paulo, até hoje vivem por lá. Aqui é mais difícil para eles. (Entrevista 21, dez/ 2021).

Dessa forma, as perdas para os moradores da Agrovila não se limitaram apenas ao aspecto físico e econômico, os relatos das mães evidenciam questões sociais, afetivas, psicológicas e emocionais que contribuíram para um grande abalo na estrutura das famílias.

O desejo que muitas vezes já existia, de ir morar na cidade grande em busca de novas perspectivas, simplesmente é aflorado mediante a situação apresentada, que precariza as condições de moradia. Porém, estes jovens, ao chegarem na cidade grande, deparam-se com outras dificuldades relacionadas ao subemprego, a violência urbana, ao mundo do tráfico e a submoradia que contribuem para frustrar o sonho por melhorias de vida.

Em vista dessa situação apresentada, foi destacado na pesquisa, através de alguns entrevistados, a importância de uma política local, voltada para os jovens, na perspectiva de gerar emprego e renda, a fim de corrigir o problema do desemprego e, sobretudo, permitir condições de trabalho, após finalizar os seus estudos do ensino médio, motivando-os a permanecer na Agrovila, sem precisar sair do lugar.

Muitas vezes é preciso propor novas estratégias, buscar diferentes alternativas. Assim, alguns moradores começaram complementar suas rendas com

outras atividades, a exemplo de: “caçar lenha” em suas terras, na perspectiva de vender para abastecimento das casas de farinha e angariar fundos para manter a sobrevivência, já que era um “recurso” que havia em abundância, enquanto outros começaram a criar pequenos animais em seus quintais, como: porco, galinha e peru para o mercado de venda, o abate e também o consumo próprio.

Outros moradores não buscaram algum tipo de alternativa que consistisse no desenvolvimento de outras atividades econômicas, talvez por possuírem outra fonte de renda, como a aposentadoria, ou mesmo pela comodidade de não querer se envolver em outro tipo de serviço.

De acordo com Saquet, considerando estas narrativas no âmbito territorial e no contexto decolonial, o trabalhador precisa ter,

[...] liberdade para plantar e comer, para transformar e se apropriar do resultado do próprio trabalho, para cantar e dançar, passear e ensinar, para aprender e habitar, para sentir-se seguro e ter saúde, para pensar e produzir saberes de acordo com cada território e suas gentes. (2021, p.4).

As condições oferecidas negam qualquer possibilidade de emancipação do sujeito no novo território, sendo necessário envolvimento em luta para promover as conquistas necessárias que garantam a produção de um bem social na comunidade.

A respeito das atividades culturais, os entrevistados responderam que algumas práticas se mantiveram por um tempo e depois deixaram de existir. A exemplo da cultura de Reis que se manteve presente no novo espaço por um período de dois anos e, aos poucos, foi sendo descontinuada, configurando-se numa grande perda sociocultural para os moradores.

Diante desse contexto que apresentou vários problemas, conflitos e desafios, com inúmeras perdas, alguns entrevistados responderam que existe na Agrovila aspectos positivos, como: liberdade e posse da terra. A alegria de morar em sua própria terra, com o direito de posse, foi uma vitória, considerada um grito de liberdade para alguns moradores, pois, já não precisavam trabalhar nas terras dos fazendeiros para manter a subsistência. Com a posse das terras, possuem a liberdade de plantar o que desejar, sem precisar seguir normas e regras.

Por outro lado, a maioria dos entrevistados disse que a vinda para a Agrovila não propiciou nenhuma mudança positiva, revelando um descaso estatal em relação às classes subalternas, conforme sempre ocorreu no decorrer da história do país. De acordo com Haesbaert,

[...] É nesse ambiente de des-controle territorial e hoje, de hegemonia do capital financeiro, que se impõe grande parte dos processos de reconfiguração do Estado. A precarização social tem de alguma forma a ser contida por novos mecanismos de controle ou de contenção social. “Controlar” a massa de despossuídos criados dentro da própria lógica da sociedade formalmente instituída revela-se, portanto, uma questão fundamental na reterritorialização do Estado contemporâneo. (2014, p. 141).

Apresentando uma intervenção mínima, o Estado revela a precarização de suas ações com as classes menos favorecidas. Adquire terrenos desvalorizados, com baixo valor econômico para constituir as novas moradas. Estes, normalmente, apresentam muitas características negativas, problemas e conflitos, criando nas famílias sentimentos de insatisfação, repúdio e angústia com a proposta de reassentamento, sem promover melhores condições de vida e minimizar os impactos sofridos com a desterritorialização compulsória.

O sentimento de abandono foi expressivo ao longo de mais de trinta e cinco anos, segundo os moradores. A comunidade revelou um profundo sentimento de desamparo pelos políticos, dizendo que aparecem apenas de quatro em quatro anos, período que antecede as eleições municipais, fazendo inúmeras promessas. Porém, ao serem eleitos, simplesmente esquecem a comunidade e as propostas ficam adormecidas, nenhuma melhoria acontece e a Agrovila mais uma vez fica desassistida nas suas reivindicações. Grita por serviços de infraestrutura básica, considerados essenciais para a construção de uma moradia digna e justa. Um lugar abandonado pelo poder público (ver exemplo das ruas, Figura 10, e da entrada de acesso à Agrovila, Figura 11), que apresenta problemas de naturezas diversas e, normalmente, possuem carências nos serviços de infraestrutura que contribuem para aprofundar os problemas existentes.

Figura 10 – Rua sem asfalto na Agrovila do Sobrado - 2021



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Silvia Conceição, out. 2021.

Figura 11 – Entrada que dá acesso à Agrovila do Sobrado - 2021



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Silvia Conceição, out. 2021.

Nas entrevistas os moradores relataram que sentem falta de serviços de infraestrutura básica considerados importantes para a manutenção da qualidade de

vida, como: educação, saúde e transporte. Esses devem fazer parte de políticas públicas a serem ofertados à comunidade. Sabendo-se que quando existe carência, contribuem para ampliar os problemas existentes de ordem física e impactam no aumento das desigualdades socioeconômicas.

De acordo com o IBGE (2021), no município de Cabaceiras do Paraguaçu, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos – que corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental, não apresentou pontuação, e os anos finais do Ensino Fundamental, recebeu uma nota 4.0. Estes resultados revelam que é preciso muito investimento voltado para a educação no município, na perspectiva de ofertar à população condições de emancipação crítica a partir da educação.

A emancipação do sujeito permite criar condições de viver melhor em seus territórios, podendo ocorrer a partir do momento em que se dá uma independência financeira considerando o trabalho realizado e, também, através da construção de pensamentos e ideias. De acordo com Freire,

[...] o respeito à autonomia e a dignidade de cada um, é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão. (1997, p. 66).

Alguns serviços foram destacados na pesquisa como de grande necessidade, a exemplo da instalação de uma unidade de posto de saúde, pois a comunidade fica distante do povoado do Sobrado, localidade mais próxima para um atendimento rápido de socorro. Outro ponto em destaque diz respeito à educação para atendimento às crianças e jovens, vejamos a Figura 12.

A escola da Agrovila possui apenas duas salas de aula, uma cantina, banheiros para os estudantes, masculino e feminino, e para os funcionários, e um salão comum onde ocorre interação e socialização das atividades. Possui somente uma professora para atender os estudantes com idades diferenciadas do Ensino Fundamental I, da Pré-escola à Alfabetização. Essa modalidade é caracterizada

como classes multisseriadas¹⁷. Incide em muitas perdas para as crianças, na medida em que fazem parte de um único grupo, embora estejam em etapas distintas em relação ao nível cognitivo no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com o relato de uma mãe entrevistada,

[...] não posso deixar minha filha de seis anos estudando com uma criança de três anos. Foi preciso matriculá-la numa escola do Sobrado [povoado mais próximo], porque ela está aprendendo a ler e precisa avançar nos estudos. Sendo misturada com crianças de outras séries, eu acredito que atrapalha o processo. (Entrevista 20, dez./2021).

Figura 12 – Escola da Agrovila do Sobrado - 2021



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Silvia Conceição, out. 2021.

O espaço desta escola é utilizado através dos moradores para o desenvolvimento de diversas atividades, como realização de encontros, reuniões e até mesmo atividades esportivas, como os treinos de capoeira que acontecem aos sábados, final de tarde, com os jovens e crianças, constituindo uma atividade cultural e coletiva que promove interação social.

Outro ponto destacado refere-se ao desejo de políticas voltadas para a geração de emprego, na perspectiva de acolher a mão de obra ociosa, despertando para a produtividade. As condições de trabalho hoje na Agrovila são consideradas ruins para alguns e precárias para a grande maioria dos moradores, situação que

¹⁷ Organização do ensino nas escolas em que o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries simultaneamente.

abre possibilidade para migração, como já relatado, a partir do deslocamento para as cidades grandes ou até mesmo para o envolvimento em atividades ilegais, a exemplo do envolvimento em tráfico de drogas.

Nesse ínterim, não se constrói dignidade humana sem atribuir ao sujeito as condições necessárias para a sua autonomia. Lembramos que as famílias reassentadas na Agrovila são constituídas de posseiros que passaram por um processo difícil e doloroso ao serem removidas bruscamente de seus territórios, cedendo lugar para as águas, a partir da construção da Barragem Pedra do Cavalo. Deixaram para trás as suas histórias de vida e foram obrigadas a vir morar num espaço completamente inóspito, contendo muitos desafios.

Não existe apoio do Sindicato Rural do município no sentido de contribuir com as demandas de reivindicações dos moradores, que despertaram interesse em criar uma Associação de Moradores para discutir no coletivo e buscar junto ao poder público soluções para os problemas.

Foi revelado que existe uma Associação de Pescadores na Agrovila, porém não é de conhecimento para muitos moradores. A falta de conhecimento talvez seja em razão de terem poucos trabalhadores envolvidos na atividade pesqueira, que foi ao longo dos anos descontinuada em razão das longas distâncias para o rio e também por alguns problemas se apresentarem como elemento impeditivo de acesso.

Os fazendeiros que possuem terras margeando o rio nas proximidades da Agrovila não permitem às pessoas entrarem em suas propriedades (Figura 13 – exemplo de propriedade cercada por fazendeiro) utilizarem como atalho ou caminho de acesso ao rio para pescar. Essa medida torna a margem completamente privativa. O acesso sendo bloqueado dificulta a atividade pesqueira, pois os pescadores precisam percorrer uma distância muito maior, muitas vezes a pé (média de 3 km), para pescar e ancorar as suas canoas.

Figura 13 – Propriedade à margem do rio cercada por fazendeiro - 2021



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Sílvia Conceição, out. 2021.

Assim, as classes sociais menos favorecidas foram e continuam sendo excluídas, completamente desrespeitadas em seus direitos. Ao longo de mais de 35 anos não houve projeto político que, de fato, atendesse às necessidades e reivindicações da comunidade da Agrovila. Diante dessa situação, podemos dizer que qualquer reivindicação é mínima e justa, tendo em vista as mudanças sofridas, que jamais serão reparadas, ao serem submetidos à perda de seus territórios originais. De acordo com Saquet (2019, p. 8-9), para promover um bem-estar para todos,

[...] o desenvolvimento territorial precisa conter alguns significados centrais, tais como conquistas sociais, culturais, políticas e ambientais, (in)formação continuada e politizada, saúde de qualidade, segurança e saneamento básico, lazer, cultura e boa convivência, reciprocidade e confiança, vínculos comunitários, participação e autonomia popular, conservação da natureza e recuperação dos ambientes degradados e poluídos.

Os moradores reconhecem que a participação política da comunidade é pouco significativa e que a maioria dos problemas existentes ainda não tiveram soluções, porque as cobranças são pouco efetivas e ocorrem através de poucos representantes. Sendo assim, segundo Saquet,

[...] por meio de todas as atividades realizadas com os camponeses, cidadãos e demais parceiros de cada projeto de pesquisa-cooperação, especialmente por meio das mobilizações, das reivindicações, das reuniões, das assembleias, dos cursos (in)formativos e das oficinas, acreditamos que conseguimos contribuir um pouco para ativar o sentido cotidiano das consciências de classe e de lugar, integrando conhecimentos e experiências e, principalmente, potencializando o trabalho solidário e cooperado, em cada tempo, espaço e território do nosso movimento transtemporal-transterritorial (2021, p.18).

Ressalta-se que as atividades realizadas na comunidade, com a metodologia de pesquisa participante, trouxeram resultados, na medida em que despertou para a criação de uma Associação de Moradores, considerando a perspectiva de promover encontros, discutir os problemas coletivos, a fim de levá-los às autoridades públicas com vistas a solucionar os problemas existentes.

5 “NÓS PRECISAMOS DE ÁGUA! NOSSA VIDA JÁ É DIFÍCIL, COMO VAMOS SOBREVIVER?”¹⁸

Este capítulo foi desenvolvido considerando a perspectiva de compreender os conflitos ambientais e a luta pelo acesso e direito à água que surgiram na Agrovila do Sobrado, em Cabaceiras do Paraguaçu, após a construção da Barragem Pedra do Cavalo, a fim de entender suas nuances e implicações socioambientais, e analisar as alternativas criadas para atenuá-los.

5.1 CONFLITOS AMBIENTAIS NO CONTEXTO DE BARRAGEM

Os conflitos ambientais vêm sendo amplamente discutidos, notadamente relacionados à construção de barragens, em razão dos grandes impactos que ocorrem quando existe um problema de ordem física ou social, que é agravado a partir da descontinuidade das ações realizadas pela falta de atendimento com eficácia para resolução.

Esses conflitos acontecem nos espaços de apropriação material ou simbólica em que as disputas sociais que envolvem recursos são intensas e a briga pelo poder é recorrente, mesmo sendo contestada (ACSELRAD, 2004).

No Brasil, a distribuição das águas ocorre de forma irregular, sendo que em algumas localidades é necessário desenvolver políticas públicas para armazená-las e distribuí-las através de açudes e barramentos, na perspectiva de atender as atividades domésticas e (re)produtivas de muitas famílias.

Por outro lado, os grandes empreendimentos que visam o desenvolvimento econômico favorecem os investidores, o Estado e grandes empresas, em detrimento das populações diretamente afetadas. Esses investidores constroem obras para viabilizar seus empreendimentos e ampliar seus lucros, explorando os recursos naturais de forma intensa, sem a mínima preocupação com os impactos socioambientais que eles produzem.

¹⁸ Título tirado da fala de um morador entrevistado.

O Estado controla os territórios na dimensão física e estabelece políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial, manipulando os espaços e atribuindo as configurações que considera importantes para as esferas do poder. É neste contexto que as novas configurações espaciais vão se formando na dimensão territorial, alterando o *habitat* das famílias atingidas por processos de desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2014, p. 137).

Assim, muitos projetos de desenvolvimento vêm sendo implementados no Brasil, envolvendo o Estado e grandes empresas, como na construção de barragens, onde muitas famílias perdem seus territórios, sendo desterritorializadas e reterritorializadas em outros espaços. Normalmente são as classes sociais menos favorecidas: negros, posseiros, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais que sofrem as consequências negativas dessas políticas de desenvolvimento, onde o Estado normalmente não promove políticas públicas e não assessora devidamente essas pessoas no longo e árduo processo de reterritorialização.

Enfaticamente, em termos históricos, para esses grupos sociais existe uma acumulação de despejo, de despossessão, de desterritorialização em contextos diferentes, com a expropriação subalternizadas e de experiências de violência sofridas por grupos sociais dominantes, geração após geração (desde a colonização).

Por conseguinte, as remoções forçadas decorrentes da construção de barragens promovem rupturas nas relações sociais apropriadas no seu território, no seu-lugar, impactando em diversas perdas para as famílias atingidas, sejam sociais, econômicas ou culturais, que são construídas na relação dos sujeitos com o espaço físico e social, que foi ao longo dos anos estabelecido como território de pertencimento. O Estado é o principal agente desterritorializador no contexto das barragens, e deve ser o grande responsável de iniciar a reterritorialização, de estabelecer uma nova configuração espacial e também uma nova ordem social.

Em Cabaceiras do Paraguaçu, após a construção da Barragem Pedra do Cavalo, uma grande faixa do território passou a ser banhado pelas águas do rio Paraguaçu. Este rio é perene, mas possui vários afluentes que secam em períodos

de longas estiagens. Nasce na Chapada Diamantina, corta uma parte do território baiano e deságua na Baía de Todos-os-Santos, em Salvador. De acordo com o Núcleo de Defesa da Bacia do Rio Paraguaçu (NURP),

[...] o Rio Paraguaçu é o maior rio genuinamente baiano. Seu nome Paraguaçu é de origem indígena e significa "água grande, mar grande, grande rio". Nasce no Morro do Ouro, Serra do Cocal, município de Barra da Estiva, Chapada Diamantina, segue em direção norte passando pelos municípios de Ibicoara, Mucugê e até cerca de 5km a jusante da cidade de Andaraí, quando recebe o rio Santo Antônio. Muda de direção em seu curso para oeste e leste, servindo como divisor entre os municípios de Itaeté, Boa Vista do Tupim, Marcionílio Souza, Itaberaba, Iaçú, Argoim, Santa Teresinha, Antônio Cardoso, Castro Alves, Santo Estevão, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição da Feira, Muritiba e as cidades de São Félix de Cachoeira e Maragogipe, desemboca na Baía de Todos-os-Santos entre os municípios de Maragogipe e Saubara." (BAHIA, [2022], s.p.).

Com a construção da Barragem Pedra do Cavalo, houve o represamento das águas do rio Paraguaçu formando um grande lago, com 163 km² de área de reservatório. Uma nova configuração paisagística e territorial foi constituída, provocando profundas mudanças nas vidas das famílias ribeirinhas que viviam nas proximidades do rio, estabelecendo ao longo de muitos anos diversas relações socioespaciais e (re)produtivas em seus territórios.

No entanto, a política de reassentamento foi embasada numa racionalidade capitalista de desenvolvimento desigual, pois provocou inúmeros conflitos socioambientais, acarretando em vários prejuízos para as famílias afetadas, desterritorializadas, que foram alocadas em lugares sem as mínimas condições de moradia. De acordo com Saquet (2013, p. 68-69),

Acessibilidade, segurança e oportunidade são os papéis fundamentais do território, como frutos de atividades de grupos humanos: produção agrícolas, industriais, transportes, normas, leis que assumem sempre maior complexidade, especialmente no período que denomina de fluidez moderna, das redes, acabando com a função de refúgio, transpondo fronteiras e limites, interligando pessoas e lugares.

Frente aos inúmeros desafios, os conflitos foram surgindo, envolvendo disputas por recursos naturais entre agentes com interesses ou perspectivas divergentes. Nesse sentido, primeiramente, é necessário apresentar uma maior

compreensão sobre o conceito de conflito para entender o caso da Agrovila do Sobrado.

De acordo com Veríssimo (2010, p. 21-22),

O significado da palavra conflito possui uma ampla abordagem, na medida em que configura oposição entre concepções de ideias, pensamentos e opiniões. Os conflitos surgem a partir da divergência entre ao menos dois grupos, constituindo perturbação nas ações. Alguns conflitos são ignorados, porém o conflito pela água jamais será, por se tratar de um recurso de grande importância, para todas as formas de vida.

Os conflitos ambientais podem emergir no momento que uma comunidade é abruptamente expulsa, desrespeitada, a partir da desterritorialização provocada pelas ações do Estado ou de agentes privados, pois consistem em um grande choque numa situação vivenciada, onde diversos grupos ou indivíduos possuem objetivos, interesses e visões divergentes sobre o uso dos elementos da natureza implicados nas práticas (re)produtivas.

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 31).

Os conflitos são considerados um dos maiores problemas da (des)reterritorialização, pois as classes sociais que são diretamente atingidas ou impactadas não costumam ser assistidas para uma proposta de realocação adequada, que atenda minimamente as condições dignas de moradia, na medida em que são assentados em terrenos precários, baratos, com solo considerado ruim para o cultivo e o desenvolvimento da produção agrícola, como ocorreu com as famílias atingidas pela construção da Barragem Pedra do Cavalo.

Em resposta a essas violações de direitos produzidas pelo processo de (des)reterritorialização promovido pelo Estado brasileiro, surgiram, no final da década de 1970 (período de golpe militar), os primeiros movimentos de atingidos por barragens. Este movimento nasce no contexto da crise mundial do petróleo,

quando grandes projetos de investimentos no Brasil se voltam para a construção de barragens na perspectiva de utilizar a hidrelétrica como forma alternativa de energia (ALVES, 2021).

No Brasil não existe uma política nacional que assegure os direitos das populações atingidas por barragens, existem conquistas oriundas dos movimentos de luta dos trabalhadores diretamente afetados. De acordo com a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (2013, p. 17),

[...] hoje, praticamente inexistente um marco legal que assegure os direitos dos atingidos, enquanto para as empresas, praticamente todos os anos são aprovadas leis e incentivos. São criadas empresas, órgãos e agências estatais para certificar licitações e contratos. Em contrapartida, as conquistas dos atingidos dependem unicamente de suas lutas sociais.

Os trabalhadores rurais, para terem assegurados o mínimo de direitos, unem-se aos sindicatos, fortalecendo suas forças com enfrentamento às empresas privadas e ao governo do Estado na perspectiva de minimizar os impactos sofridos com a desterritorialização, embora o sistema de luta tem se tornado cada vez mais acirrado a partir da política neoliberal.

Ao longo dos últimos anos, os movimentos sociais provaram o quanto as lutas de classes são importantes para assegurar as compensações indenizatórias às famílias atingidas por barragens, revelando que toda e qualquer conquista foi resultado de um importante movimento de luta da classe trabalhadora. Porém, de acordo com a MAB,

[...] as conquistas e avanços frutos das mobilizações dos atingidos em décadas de luta, ainda não se transformaram em direitos, o que tem ocasionado tratamento diferenciado dos “mesmos” atingidos, em “diferentes” estados, por “diferentes” empresas, causando graves violações aos direitos humanos (2013, p.12).

Assim, é necessário a implantação e o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a aprovação de uma Lei nacional, com respaldo de um marco legal aos direitos dos atingidos por barragens, afinal, as famílias são violadas, sendo completamente desrespeitadas em seus direitos em todo esse processo de mudanças bruscas no território. Segundo Cruz (2010, p. 3),

[...] o território modificado para a construção da barragem e inundação de uma grande área é o território do rio. Entretanto, cabe dizer que nesse território existiam pessoas que desenvolviam atividades naquelas terras e de repente viram-se obrigadas a dispor das suas terras para que fosse construída a usina. Essa realidade de deslocamentos causados por Grandes Projetos de Investimentos é muito comum no nosso país, uma vez que existe no Brasil uma clara opção pela energia elétrica.

No processo de reterritorialização provocado por barragens, inicialmente os moradores sentem falta do rio e consideram o novo espaço como um “não-lugar”, sem conseguir se adaptar. Com o passar do tempo, a adaptação vai ocorrendo e uma relação de pertencimento vai sendo construída para alguns moradores, enquanto outros vendem suas terras, migram para outras cidades, na perspectiva de buscar melhorias (SILVA, 2011, p. 406). Muitos jovens também pensam numa perspectiva para além do espaço físico.

O Plano Diretor da Barragem trouxe propostas para atendimento às necessidades dos grandes agentes econômicos, como geração de energia e projetos de irrigação. Todavia, não existem preocupações com as famílias que serão desterritorializadas, nem mesmo em alocá-las em espaços com condições reais de moradia. Assim,

Considerando-se que o Plano Diretor de 1973 indicava a construção de Pedra do Cavalo, após a barragem de Santa Helena no rio Jacuípe, foi feito um *lobby* com os bancos internacionais para conseguir dinheiro para financiar a construção de Pedra do Cavalo, defendendo as diversas vantagens de construção da barragem (abastecimento de Salvador, usos múltiplos, geração de energia, irrigação e atenuação de cheias nos municípios de São Félix e Cachoeira. (PLANO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA RMS, 2014, p. 22).

Em atendimento ao Plano Diretor, a Hidrelétrica foi implementada na Barragem Pedra do Cavalo em 2005 e possui como agente responsável o grupo Votorantim, que passou a utilizar as águas do lago também para gerar energia. Nesta perspectiva, as águas do rio são intensamente utilizadas comprometendo ainda mais a sua qualidade e quantidade. Uma nova realidade passou a ser representada com a diminuição da vazão, e a empresa continua operando sem a devida licença ambiental (GENZ, 2006, p. 31).

As águas represadas também levaram a uma alteração profunda da paisagem. Os principais impactos verificados a partir da construção da Barragem Pedra do Cavalo dizem respeito às mudanças no curso das águas do rio, sendo represadas, formando um grande lago, provocando o aumento do volume que é utilizado para a geração de energia e consumo doméstico, além de alterar bruscamente o *habitat* natural de várias espécies animais, vegetais e dos seres humanos que foram obrigados a serem removidos de seus territórios.

A flora e a fauna sofreram grandes impactos. A vegetação e os pequenos animais, que existiam ao longo das margens do rio, dependiam daquele lugar para sobreviver, constituindo ali os seus territórios. Infelizmente, foram invadidos e “sufocados” pelas águas represadas à montante ou extintos, por exemplo, com as alterações de salinidade das águas à jusante, em decorrência de baixa vazão, que provoca o comprometimento na qualidade e quantidade, normalmente associada aos períodos de longas estiagens.

Uma vez reassentadas, as famílias precisaram repensar as atividades (re)produtivas a serem desenvolvidas nos novos espaços que apresentam características naturais diferentes daqueles no território de origem. Daí surge um novo conflito pelo acesso e direito à água, o que será discutido no próximo subcapítulo.

5.2 CONFLITO PELO ACESSO E DIREITO À ÁGUA NA AGROVILA DO SOBRADO

O direito à água, que é essencial para vida, passou a ser amplamente discutido no campo acadêmico nas últimas décadas, sofrendo mudanças significativas nas legislações de muitos países que implementaram políticas públicas voltadas para o atendimento à resolução que torna o acesso à água, em quantidade e qualidade adequada, um direito humano, afinal, todos os seres vivos necessitam de água para sobreviver. De acordo com Ribeiro, Santos e Silva (2019, p. 15),

A água é uma substância indispensável à vida e que propicia diversas atividades humanas, mas que se tornou um recurso raro. Isso porque ela tem que estar junto ao usuário, ou ser transportada até ele. Em locais de elevada concentração humana ou de uso intensivo, seja na indústria, seja na agricultura, a escassez pode ocorrer. Além disso, a água tem que ter qualidade, ou seja, estar em condições de uso.

As limitações quanto ao acesso e uso das águas comprometem a permanência de comunidades em determinado espaço, tendo em vista que sem água em quantidade e qualidade suficiente não há condições para o desenvolvimento das atividades (re)produtivas, inviabilizando o atendimento das necessidades básicas, a exemplo de se alimentar. Muitas vezes, a escassez da água é resultado de um uso e acesso à água desigual, provocando conflitos ambientais, geralmente entre grupos e classes sociais diferentes. De acordo com Gusmão e Pavão (2019, p. 55),

Os conflitos ambientais podem ser entendidos como processos que expressam os descontentamentos quanto às múltiplas consequências resultantes da associação entre a dimensão social e o meio. Assim, são uma expressão material das desigualdades estruturais presentes nas relações de apropriação dos recursos naturais, [neste caso, o acesso à água].

Considerando esta perspectiva, algumas mudanças foram desenvolvidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, porém o tema água continua não sendo considerado um direito humano fundamental, mas como um bem da União e dos estados. Conforme nos artigos 20 e 26 do capítulo II sobre Organização do Estado:

Art. 20. São **bens da União**: III – Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a territórios estrangeiros ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

Art. 26. Incluem-se entre os **bens dos Estados**: I – as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União. (BRASIL, 1988, s.p., grifos nosso).

A partir da Constituição de 1988, as águas subterrâneas que passaram muitos anos sendo propriedade de uso privado, com exploração através dos

grandes proprietários rurais ou fazendeiros, tornam-se bem de uso público, coletivo e controlado através da União e dos estados, passando a ser um direito de todos. O acesso a essas águas para o desenvolvimento de atividades domésticas e funções (re)produtivas ficam diretamente ligadas à autorização legal de uso através das comunidades. Conforme Ribeiro (2019, p.16-17),

[...] contrariando o senso comum, a água subterrânea é a principal fonte de abastecimento para a população humana, mas sua disponibilidade é limitada. Aquíferos profundos podem ser de difícil ou impossível exploração devido a custos operacionais incompatíveis com a atividade de abastecimento. Em outros casos, as reservas são naturalmente não potáveis por terem temperaturas elevadas e/ou substâncias tóxicas para a saúde de pessoas e animais.

Em 1997, com a Lei 9.433 – Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), fala-se em assegurar à atual e às futuras gerações a necessária da disponibilidade das águas em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. Essa política apresenta um caráter descentralizador por criar um sistema nacional que integra as três esferas de poderes (União, estados e municípios) e que almeja ser efetivada através de processos democráticos e participativos. É considerada uma lei avançada com condições para identificar os conflitos pelas águas (BRASIL, 1997).

No estado da Bahia, as águas dos rios e as águas subterrâneas são gerenciadas pela administração estatal através da Empresa Baiana de Saneamento Básico (EMBASA), que realiza o tratamento e a distribuição das águas para as residências dos moradores na efetiva contratação do serviço, gerando um custo para os consumidores.

As águas subterrâneas atualmente vêm sendo muito exploradas para o desenvolvimento de diversas atividades, porém é preciso que sejam tratadas antes mesmo de serem distribuídas para as residências, na perspectiva de serem utilizadas para o consumo e/ou no desenvolvimento das atividades (re)produtivas, considerando que existe grande probabilidade destas águas estarem contaminadas. Para Ribeiro, Santos e Silva (2019, p. 14), “[...] reconhecemos a importância das águas subterrâneas para as comunidades que encontram dificuldades de explorar este recurso de outra maneira, em sua forma superficial, porém é preciso que passe por análise para certificar as condições de consumo.”

O acesso às águas subterrâneas vem sendo ampliado nos últimos anos em decorrência especialmente de dois fatores: primeiro porque as águas superficiais de rios e lagos, que normalmente são muito utilizadas em atividades domésticas e (re)produtivas, vêm passando por um processo intenso de poluição, seja a partir de dejetos domésticos ou industriais, impactando diretamente na qualidade e quantidade. Por outro lado,

[...] as águas subterrâneas não recebem a devida atenção por parte dos órgãos gestores, pois a sociedade subestima a importância desse recurso. Dado o grande potencial dos aquíferos para fornecer ainda mais água, é necessário que o Estado assuma uma postura de parceiro dos usuários, orientando-os e implemente ações de proteção, incluindo [...] compatibilização do planejamento territorial com a disponibilidade dos recursos hídricos subterrâneos, fazendo com que este recurso seja tratado de forma correta nos planos de governo e das bacias hidrográficas. (HIRATA; FERNANDES; BERTOLO, 2016, p. 3).

Outro fator que favorece o uso das águas subterrâneas diz respeito às variações climáticas, que a partir de altas temperaturas e baixas pluviosidades, tem provocado longas estiagens, em alguns espaços, comprometendo as águas dos rios, de seus afluentes e alterando o volume. Sendo assim, as mudanças climáticas comprometem a pluviosidade, diminuindo a regularidade das chuvas, baixando o volume de água nos leitos dos rios, com muitos afluentes dos rios principais secando por ser de caráter temporário, impactando diretamente no assoreamento do rio principal, nas atividades pesqueiras e, sobretudo, na navegabilidade.

Em relação à Agrovila do Sobrado, nos antigos territórios, os moradores eram posseiros vivendo e trabalhando nas terras de fazendeiros, onde tinham fácil acesso às águas do rio, para o consumo e para o desenvolvimento de suas atividades. Apesar de não morar em uma comunidade coesa, e de serem espalhados em terras de fazendeiros, os posseiros se conheciam e se encontravam e colaboravam na realização de atividades produtivas e culturais.

Com a reterritorialização das famílias na Agrovila, inúmeros problemas foram registrados, porém, o maior problema destacado pelos moradores entrevistados foi o acesso à água, no tocante à escassez.

A escassez de recursos hídricos é latente. Medidas de restrição, estado de atenção e de alerta ao uso e à captação de águas são, de fato, uma necessidade. Não se pode esquecer, por isso, que, além de estabelecer critérios quanto ao uso e à captação da água, é também necessário direcionar o olhar às atividades econômicas que contribuem para tal escassez. (RIBEIRO, 2017, p. 13).

Trata-se de um problema que existe no município de Cabaceiras do Paraguaçu por estar situado em local semiárido que apresenta irregularidade de chuvas ao longo do ano e sofre com a escassez do recurso. Inicialmente, havia na Agrovila uma única fonte hídrica, um minadouro, que abastecia toda a comunidade. Não tinha um rio próximo como era o caso nos territórios de origem e não havia água encanada com distribuição através da Embasa. Com o uso cada vez mais intenso da água do minadouro, a sua qualidade e quantidade ficou comprometida: a água cristalina passou a apresentar uma coloração barrenta, sinalizando que era preciso buscar outras alternativas. A comunidade fez uso das águas do minadouro desde o momento que chegaram na Agrovila a partir de 1985 até 1987.

Esses problemas foram relatados pelos moradores nas entrevistas:

Foi muito difícil se adaptar por aqui, porque a gente morava na beira do rio, com água em abundância, chegamos aqui e sentimos falta deste recurso, a escassez é grande. Tivemos que pegar água na cabeça e a fonte ficava longe da nossa casa. Não tivemos outra alternativa. (Entrevista 18, dez./2021).

[...] quando chegamos aqui, tivemos um grande problema de acesso às águas, pois era através de uma única fonte que as necessidades de todas as pessoas eram atendidas. Dali pegava água para beber, lavar e fazer todas as tarefas de casa. Havia muitas limitações. (Entrevista 2, dez./2021).

Frente a esses entraves, a comunidade começou a reivindicar, junto à Prefeitura, resolução para o problema de uso e acesso à água, que ainda, conforme a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA),

[...] é utilizada para os mais diversos fins, como os econômicos, técnicos, culturais e sociais, assumindo dimensões materiais e simbólicas completamente distintas, de acordo com o grupo que se apropria dessa substância. Essa característica exige que o direito estabeleça espaços de negociação e resolução de conflitos entre as múltiplas visões e usos da água, bem como determine parâmetros para diminuir o risco de conflitos (2020, p. 19).

Assim, o município passou a distribuir a água do rio através de caminhão-pipa, que abastecia os tanques construídos nas residências pela Desenvale, com a capacidade de dez mil m³, passando de duas a três vezes na semana. Essa medida também não se sustentou por muito tempo, aproximadamente dois anos.

A comunidade sofreu por pelo menos cinco anos, sentindo falta deste recurso até que os poços artesianos foram perfurados e as águas subterrâneas passaram a ser armazenadas e canalizadas às residências, sem custo adicional, com a distribuição e uso durante quase 31 anos. Porém, estas águas nunca foram tratadas e a comunidade contou com a sorte por não apresentar nenhum problema grave de saúde. Durante esse tempo, o poder público não se preocupou em fornecer água de qualidade para a comunidade reassentada. Como um morador relatou:

Durante muito tempo as águas aqui nunca foram tratadas. Primeiro do minadouro, depois do caminhão-pipa que pegava diretamente no rio e depois a água do poço [aquífero]. Ninguém aqui tem conhecimento que passou por tratamento antes de chegar às nossas casas. (Entrevista 2, dez./2021).

Assim, durante 31 anos, as águas subterrâneas foram utilizadas pelos moradores tanto para o consumo quanto para as pequenas lavouras praticadas nos quintais das casas. Nunca foi possível desenvolver uma agricultura mais extensiva, a fim de garantir uma segurança financeira e alimentar devido a escassez hídrica, já que as águas subterrâneas não permitiam um uso intensivo para uma agricultura de maior escala.

A partir de 2008, a Embasa passa a fornecer água potável na Agrovila e propõe à Prefeitura a desativar todos os poços artesianos (Figura 14). A água do rio Paraguaçu é canalizada pela Embasa e passa por uma estação de tratamento, removendo as impurezas, tornando-se potável e apropriada para o consumo. A adesão foi aprovada pelos moradores, embora gere um custo a partir da quantidade consumida em metros cúbicos. Atualmente é distribuída para todas as residências.

Figura 14 – Exemplo de poço artesiano desativado na Agrovila do Sobrado - 2021



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Silvia Conceição, out. 2021.

Apesar dos moradores terem acesso à água potável para consumo próprio da família, ela não pode ser usada para as atividades (re)produtivas, como no caso de cultivo de alimentos ou de criação de animais, pois o consumo da água fornecida pela Embasa para estas atividades levaria a um alto custo que as famílias não teriam condições de pagar. Sendo assim,

A competência legislativa exclusiva dos municípios se encontra no artigo 30, I e a suplementar no art. 30, II da Constituição Federal. Art. 30. Compete aos Municípios:
I – legislar sobre assuntos de interesse local;
II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. (ANA, 2020, p. 33).

Hoje, apesar de não servir mais para abastecer a comunidade em água como inicialmente, o minadouro continua sendo usado pelo proprietário de terra e por alguns moradores do entorno. Segundo um proprietário entrevistado,

[...] a fonte fica localizada na minha propriedade, mas não vejo problema algum as pessoas pegarem as águas para consumir e desenvolver suas atividades. Agora vivemos em comunidade e precisamos ser solidários uns com os outros. (Entrevista 9, dez./ 2021).

Como conta um morador da Agrovila, o clima árido e a escassez de água no novo território tornaram a vida cotidiana muito difícil e comprometeu a possibilidade de viver dignamente trabalhando a terra.

[...] viver aqui sem água para os bichos e para as nossas plantas é muito difícil. Nós precisamos de água para tudo, daí fica complicado essa limitação. O tempo já não ajuda, porque faz muito calor e o solo seca muito rápido, as plantas secam, não conseguem sobreviver. A água é essencial para a vida. (Entrevista 2, dez./2021).

A partir de 2020, a Prefeitura resolveu suspender o fornecimento de água do aquífero, deixando de pagar o trabalhador que exerce a função de bombear, e removeu toda a canalização nas residências dos moradores. Esta medida gerou um conflito, porque muitos moradores foram contra a retirada do fornecimento da água, que era gratuita, e foi utilizada durante muito tempo no desenvolvimento de atividades domésticas e (re)produtivas nos quintais das casas. Lembrando que,

[...] considerar a água como um direito humano fundamental importa em atribuir deveres ao Estado, deveres que dizem respeito não apenas a garantia de acesso, mas também de gestão eficaz, inclusive no tocante à potabilidade.

Todavia, dada a atribuição de natureza fundamental à água doce, na hipótese de o Estado não aplicar políticas públicas capazes de garantir a disponibilidade e a potabilidade da água, incumbe a sociedade o direito de buscar amparo judicial com o fito de garanti-los. (RIBEIRO, 2017, p. 20).

A suspensão ocorreu no início do mandato do prefeito Pedro André Braz da Silva Santana, cedendo à pressão da Embasa que nunca deixou de existir, desde 2008, quando atende a Agrovila com o acesso à água potável. O objetivo de suspender o fornecimento das águas subterrâneas foi ampliar a rede de atendimento e consumo, gerando maiores lucros para a Embasa que passa a cobrar pelo fornecimento da água potável. Segundo a ANA (2020, p. 79),

A cobrança pelo uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, previsto na Lei das Águas (Lei nº 9.422/97, art. 5º, IV). A instituição da cobrança tem como objetivos:

reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água; e, também, obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos (art. 19).

A comunidade começou a pressionar contra esta política que trouxe muitos prejuízos, afinal, estas águas sempre foram utilizadas para garantir as atividades (re)produtivas, através de irrigação, atender às necessidades dos animais, e pequenas lavouras no quintal, realizadas de forma sustentável. Agora a água passa a ser utilizada como mercadoria. De acordo com Ribeiro,

Tudo que é móvel e que seja passível de circulação econômica é considerado mercadoria. No geral, as mercadorias trazem a marca da intervenção humana, intervenção está também exigida na captação e tratamento da água, caso queira o homem ter acesso a ela e dela desfrutar (2017, p. 22-23).

Assim, uma política de mercantilização (do hidronegócio) pela água começa a ser implementada, na perspectiva de tornar-se um bem público em privado a partir da taxação de valores ao uso do produto. Os moradores reagem contra essa política e em depoimento relatam:

Não podemos ficar sem essa água, que é gratuita e sempre atendeu às nossas necessidades ao longo desses anos. Como será a partir de agora? Não temos dinheiro para pagar a água fornecida pela Embasa, se a gente for usar na quantidade que precisamos. (Entrevista 6, dez./2021).

Seguindo a pressão da Embasa, a Prefeitura continuou ao longo dos anos de 2020 e 2021 a remover os canos que distribuem as águas do aquífero para as residências, na tentativa de finalizar o trabalho e acabar com o processo que havia sido iniciado. Mais uma vez encontrou resistência e muitas famílias reagiram em não permitir a retirada da canalização em suas propriedades. Conforme depoimento de um morador,

Aqui na minha terra ninguém entra para retirar cano algum. A prefeitura não está vendo que esta política vai acabar com a gente? Será que não sabe que o povo aqui vive de Bolsa família, com ajuda de custo de R\$400,00, quando não é aposentado? Quem vai pagar a água da Embasa? Para entrar aqui e remover os canos tem que passar por cima do meu cadáver! (Entrevista 2, dez./2021).

Os moradores continuam reagindo à pressão, porém de forma isolada, sem apoio do Sindicato Rural de Cabaceiras do Paraguaçu. Grande parte não aceita a política da Prefeitura em atendimento ao desejo do governo do Estado. Ao contrário, estes moradores querem reativar o acesso e uso das águas subterrâneas, que é gratuito, na perspectiva de melhorarem as suas condições de vida, conforme relato da moradora,

Estive na sessão da Câmara de Vereadores em 2021, pedi a palavra e falei do conflito que estamos passando. Disse que será muito difícil para nós continuarmos vivendo na Agrovila sem o fornecimento da água do poço, porque financeiramente não podemos pagar a água da Embasa para realizar as nossas necessidades. (Entrevista 2, dezembro de 2021).

Em entrevista com o vereador Nilson de Adilino, para ele as reivindicações dos moradores são justas, porém,

[...] a Embasa exigiu que a Prefeitura parasse de fornecer as águas subterrâneas na Agrovila, para implementar o projeto de oferta de água potável aos moradores, a fim de que o serviço fosse por estes contratados. Como foi uma exigência da Embasa e não houve manifestação contrária no período, a medida foi aprovada. (Entrevista com Adilino, dez. 2021).

Na esteira deste conluio, este conflito que envolve os moradores da Agrovila e os poderes públicos ainda continua. É necessário que haja diálogo entre as partes envolvidas na perspectiva de construir uma saída que atenda às necessidades da comunidade que nunca teve os seus direitos de acesso à água garantidos e respeitados.

Este conflito quanto ao uso e acesso a água foi apontada por quase todos os moradores da Agrovila com grande tristeza e desesperança. Eles estão sofrendo mais uma “violência”, ratificando que o processo de reterritorialização neste território da Agrovila foi apenas uma reposseção, um não-lugar, já que é um espaço com pouca perspectiva de obterem uma vida melhor e mais segura.

Ressalta-se que os moradores consideram as águas da Embasa como uma opção muito boa por ser potável e não colocar em risco à saúde da população. Houve, inclusive, uma grande adesão à proposta da Embasa do fornecimento

através dos moradores, mesmo sabendo que iria gerar um custo para o consumo, já que a manutenção do acesso às águas subterrâneas constitui um problema por não ser tratada, incorrendo em altos riscos para a saúde dos moradores. Estas águas precisariam passar por uma análise para verificar o teor de contaminação e, assim, certificar para que tipo de uso elas podem ser administradas. A percepção da maioria dos moradores é que a água do aquífero é de boa qualidade para o consumo. Porém, a maioria se baseia na cor da água (cristalina ou barrenta) para avaliar a sua qualidade, não invalidando a presença de elementos altamente tóxicos na sua composição. De acordo com Villar (2016, p. 94),

[...] a crença na qualidade superior das águas subterrâneas desestimula os usuários a fazerem análises de qualidade da água ou se restringem aos testes de coliformes fecais. A água subterrânea também apresenta problemas de qualidade, seja pela contaminação antrópica, biológica ou natural (proveniente da interação rocha e água), portanto sua ingestão pode acarretar problemas de saúde pública.

Por outro lado, a maioria das famílias revela interesse em manter o consumo da água do aquífero subterrâneo, mesmo sem tratamento, para manter o atendimento de algumas atividades (re)produtivas, desenvolvidas em seus quintais ao longo dos anos, por subsistência. Como relatado por uma moradora:

As águas do poço deveriam permanecer de acesso à comunidade, para que tenhamos condições de molhar as plantações desenvolvidas em nossos quintais, porque não precisamos pagar. Ao contrário da água da Embasa que se a gente for utilizar com essa finalidade, aumenta o custo e não temos como pagar a conta. (Entrevista 3, dez./ 2021).

Atualmente, as famílias que insistem em manter as águas do aquífero para fins exclusivamente de autossustentação, com a consciência de que esse ecossistema é frágil e limitado, precisam contribuir pagando uma pessoa para bombear, porque a Prefeitura já não paga a um funcionário para desenvolver esta função.

Enfim, é necessário tecermos críticas a esse processo de privatização das águas, do hidronegócio. Essas famílias já passaram por muitos problemas e conflitos, foram retiradas de seus territórios e colocadas em um novo espaço que

não lhes dá esperança de ter um lugar para se viver, representando uma injustiça social, espacial e ambiental.

Este mesmo Estado que deveria atender as classes sociais indistintamente, fazendo valer os seus direitos assegurados em constituição, a partir de políticas públicas eficientes para esta população, continua outorgando o uso intensivo das águas para grandes empreendimentos que as usam para acumular riqueza, levando à degradação ambiental e impactando a qualidade de vida desta e de outras comunidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises obtidas com a pesquisa que discute despossessão, reassentamentos e conflitos ambientais na Agrovila do Sobrado, com foco nas abordagens territoriais, a partir da construção da Barragem Pedra do Cavalo, revelaram a ineficiência e descaso do poder público, estadual e municipal com as classes subalternas, posseiros removidos compulsoriamente de seus territórios e alocados em espaços desconhecidos, atendendo, assim, os objetivos da pesquisa.

Através das narrativas históricas dos diferentes sujeitos sociais, residentes na Agrovila; estabelecemos uma análise comparativa das vivências socioculturais e econômicas realizadas nos antigos territórios e na nova moradia, e percebemos que houve alguns conflitos socioambientais oriundos da política de reassentamento, especialmente referente à água e ao solo, conforme depoimentos de moradores revelados em entrevistas.

O acesso e uso à água constituíram o maior conflito na Agrovila. Inicialmente, a escassez é evidenciada; uma única fonte minadouro para atendimento às demandas da comunidade, comprometida em quantidade e qualidade, quando explorada intensamente. Como alternativa, a Prefeitura desenvolve uma política de distribuição e abastecimento de água do rio Paraguaçu, através do caminhão-pipa.

A partir de 1989, com a emancipação política de Cabaceiras do Paraguaçu, elevando-se a condição de município, o governo do Estado inicia uma política pública de perfuração de poços artesianos na perspectiva de utilização das águas subterrâneas, com a finalidade de resolver o problema da escassez hídrica no município que é inserido numa faixa de transição para o semi-árido, com irregularidades de chuvas ao longo do ano.

As águas subterrâneas, extraídas, armazenadas e distribuídas à comunidade, embora sem passar por algum tipo de tratamento, atendeu as demandas domésticas e (re)produtivas por um período de 31 anos. A partir de 2020, o acesso a estas águas é bloqueado em atendimento ao acordo feito entre a

Embasa e a Prefeitura com vistas à ampliação e consumo da água potável no município desde 2008, visando à descontinuidade das águas subterrâneas.

Essa política cria um novo conflito na comunidade marcando a privatização pela água, que passa a ser de acesso a apenas aqueles moradores que conseguem pagar a um trabalhador para realizar o serviço de bombeamento e distribuir às suas residências. Este conflito permanece até os dias atuais; a comunidade luta pelo retorno ao acesso e uso das águas subterrâneas, argumentando não ter condições de manter os custos da Embasa pelo consumo de água no atendimento de suas atividades reprodutivas.

Na Agrovila, não foi possível desenvolver as mesmas práticas agrícolas realizadas no antigo território, pois o solo possui características físicas diferentes, apresentando-se como arenoso e/ou pedregoso, fator que contribuiu para agravar os conflitos na comunidade. Mesmo adicionando fertilizantes e adubos químicos, as respostas do solo ineficiente não garante a produção agrícola mínima para subsistência, levando muitas famílias à condição de dependência dos programas de auxílio do governo para sobreviver.

Verificamos que a atividade pesqueira foi descontinuada por alguns moradores em razão da longa distância para o rio, reafirmando que a política de reassentamento trouxe perdas, que não restringiu apenas ao campo econômico, mas também ao social e afetivo; impactos muitas vezes irreparáveis, a exemplo daquelas que tiveram os membros jovens separados, com o destino voltado para as cidades grandes, buscando condições de sobrevivência e por lá instalaram suas novas moradias.

Ficou evidente que ainda existe uma política colonialista do governo do Estado em defesa das classes sociais mais favorecidas em detrimento das classes subalternas. Essa política é revelada na ineficiência, referente ao cumprimento de direitos essenciais, como: acesso à água em quantidade e qualidade, moradia digna, serviços de infraestrutura básica (educação, saúde e transporte), negados ou de má qualidade, ao longo dos últimos trinta e cinco anos aos moradores da Agrovila do Sobrado, constituindo conflitos diversos na comunidade.

Compreendemos que os processos de reassentamentos no tocante às grandes obras, como em construção de barragem, devem ser repensados e realizados através de uma política justa e comprometida, sobretudo, de reparação social. É necessário o poder público ofertar políticas públicas que atendam às necessidades de cada comunidade, em serviços diversos de infraestrutura, na perspectiva de permitir que os novos espaços sejam reconhecidos através dos moradores como territórios de identidade e pertencimento.

Para Haesbaert (2020, p. 249) não é apenas saindo do território de origem que o sujeito pode sentir-se desterritorializado, existem várias maneiras que levam a este processo. Porém, as identidades no sentido reterritorializador não podem ser reconstruídas de forma original em espaços que apresentam características distintas.

Entendemos que a comunidade de posseiros, reassentadas na Agrovila do Sobrado, teve ao longo dos anos diversas perdas que não foram reparadas para minimizar os impactos sofridos com a política imposta pelo governo do Estado, ou seja, não houve ação do Estado com políticas públicas de acompanhamento a uma adaptação efetiva com assistência dirigida, este fator contribuiu para aumentar os problemas e conflitos.

A pesquisa participante aponta como proposta para a emancipação política da comunidade a criação de uma Associação de Moradores, que começou a nascer através de reuniões com a comunidade, porém precisa da continuidade para efetivar o processo. Compreendemos que todo e qualquer movimento de luta faz-se necessário para garantir a política de reparação social, sobretudo os direitos humanos quando alijados.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumara: Fundação Heinrich Boll, 2004.
- ALVES, Venícios Oliveira; TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho. Contribuições dos Repertórios de Ações Coletivas na Organização das Populações Atingidas por Barragens: um Estudo da Usina Hidrelétrica de Itapebi. **Organizações & Sociedade**, v. 28, p. 677-709, 2021.
- ANA. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Direito de águas à luz da governança**. Brasília: ANA, 2020.
- BAHIA. Núcleo de Defesa do Rio Paraguaçu. **O Rio Paraguaçu**. Salvador, [2022]. Disponível em: <http://www.ceama.mpba.mp.br/sobre-o-nurp/o-rio-paraguacu.html>. Acesso em: 04 dez. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.
- Brasil. Casa Civil. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CRUZ, Carla Buiatti; SILVA, Vicente de Paulo da. Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. **Sociedade & Natureza**, v. 22, p. 181-190, 2010.
- ESTADÃO. Canal Agro. **Solo arenoso: qual é o melhor plantio para esse tipo de terra?** São Paulo, 20. nov. 2021. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/solo-arenoso-qual-e-o-melhor-plantio-para-esse-tipo-de-terra/>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como raciocínio dialético: crítica, explanação e ação. Trad. de Maycon Silva Aguiar. **Policromias**, ano 4, p. 32-51, dez./2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/viewFile/29970/18006>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1997.

GENZ, Fernando. **Avaliação dos efeitos da Barragem Pedra do Cavalo sobre a circulação estuarina do rio Paraguai e Baía de Iguape**. 2006. 266 f. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

GOOGLE. Google Earth. [Localização de imagens]. [S.l.], [2023].

GUSMÃO, Paulo Pereira de; PAVÃO, Bianca Borges Medeiros. Gestão das águas, comitês de bacias hidrográficas e resolução de conflitos ambientais. **Ambientes**, v. 1, n. 2, p. 38-77, 2019.

HAESBAERT, Rogério. Multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**, ano 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/ de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

HIRATA, Ricardo; FERNANDES, Amélia João; BERTOLO, Reginaldo. As águas subterrâneas: longe dos olhos, longe do coração e das ações para sua proteção. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 29, n. 6, p. 3-4, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@. [**Cabaceiras do Paraguai**]. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cabaceiras-do-paraguacu/panorama>. Acesso em: 03 dez. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **Du Rural à L'Urbain**. Paris: ed. Anthropos, 2001 [1970].

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **PNAB – Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens**. São Paulo: MAB, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./jul. 2014.

O GLOBO. Rio de Janeiro. **Mendes Jr. entra na Justiça contra Norberto Odebrecht**. 07/12/1978.

PLANO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS DA RMS. Contrato 001/2014. Relatório Parcial, Tomo V. **Avaliação Ambiental Estratégica**. Fase IV participação Social. Geohidro, 01 novembro de 2015.

PALMA, Eduardo Gabriel Alves. **Aplicação da legislação ambiental no território da APA do Lago de Pedra do Cavalo**: o caso do Núcleo de Reassentamento Ilha de São Gonçalo. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLASCO, 2005. 117-142 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ed. Ática S.A. 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e suas representações. *In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. 17-35 p.

RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves; ROLIM, Neide Duarte. Planeta água de quem e para quem: uma análise da água doce como direito fundamental e sua valoração mercadológica. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 7, n. 1, p. 7-33, 2017.

RIBEIRO, Wagner Costa; SANTOS, Cinthia Leone Silva dos; SILVA, Luis Paulo Batista da. Conflito pela água, entre a escassez e a abundância. **Ambientes**, v. 1, n. 2, p. 11-37, 2019.

RODRIGUES, Lylian. O fim da invisibilidade e isolamento do cidadão ordinário. IPEA. Code 2011. 2. **Anais...** Circuitos de Debates Acadêmicos. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area9/area9-artigo9.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo. 4. ed. Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: Do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. 73-94 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de territórios**. 3. ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território: A abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas do desenvolvimento. **IGepec**, Toledo, v. 23, p. 25-39, 2019. Edição especial.

SAQUET, Marcos Aurélio. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 54-78, 2021. Dossiê I ELAMSS.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana**: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SILVA, Rene Gonçalves Serafim; SILVA, Vicente de Paulo da. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, v. 23, p. 397-407, 2011.

VERÍSSIMO, Cláudia Filipa de Sousa. **Conflitos emergentes na gestão da água**. 2010 134 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão das Águas) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

VILLAR, Pilar Carolina. Groundwater and the right to water in a context of crisis. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 85-102, 2016.

ANEXO 1 – APROVAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NO COMITÊ DE ÉTICA – CEP/UCSAL - 2021

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: (Des)territorialização e incertezas: um estudo do assentamento da Agrovila/Sobrado na zona rural de Cabaceiras do Paraguaçu/Ba.Posseiros assentados na Agrovila do Sobrado

Pesquisador: SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEICAO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52934321.0.0000.5628

Instituição Proponente: ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.168.301

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da UCSAL que pretende analisar os processos de desterritorialização e reterritorialização que as famílias de posseiros foram submetidas a partir da construção da Barragem Pedra do Cavalo na década de 1980, considerando-se os conflitos ambientais. Inicialmente serão coletados dados de fontes secundárias (bibliográficas, documentos governamentais, matérias jornalísticas etc.) e posteriormente serão aplicadas entrevistas (gravadas) semiestruturadas a 15 famílias (50% dos assentados), escolhidas de forma aleatória. A partir dos resultados da pesquisa a autora vislumbra analisar as condições de vida atual das famílias após serem removidas de seus territórios originais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

"Compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização das famílias assentadas na Agrovila do Sobrado no município de Cabaceiras do Paraguaçu/Ba partir da construção da Barragem Pedra do Cavalo, com foco nos conflitos ambientais e nas estratégias de resistência dos últimos 5 anos."

Objetivos Secundários:

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador.Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 5.168.301

pesquisadora e da orientadora.

Foi apresentada declaração de um psicólogo para sanar o risco "abalo emocional" para os participantes de pesquisa conforme solicitado pelo colegiado

O orçamento e cronograma constam de forma satisfatória, respeitando os prazos de análise do CEP.

Foi aprestando declaração de um psicólogo para sanar o risco "abalo emocional" para os participantes de pesquisa conforme solicitado pelo colegiado.

Recomendações:

Não existem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto apto para sua execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião do colegiado, ocorrida em 15/12/2021, fica deliberado que o projeto está aprovado, acatando o parecer do relator, e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|--------------------------------------|----------|
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_modificado.pdf | 15/12/2021 11:56:01 | Marcelo Cesar Lima Peres | Aceito |
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1841561.pdf | 10/12/2021 14:27:35 | | Aceito |
| Outros | Declaracao_psicologo_pdf.pdf | 24/11/2021 16:16:31 | SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEICAO | Aceito |
| Outros | Termo_confidencialidade_pdf.pdf | 24/11/2021 15:49:38 | SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEICAO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_doc.doc | 17/11/2021 18:26:28 | SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEICAO | Aceito |

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL**



Continuação do Parecer: 5.168.301

pesquisadora e da orientadora.

Foi apresentada declaração de um psicólogo para sanar o risco "abalo emocional" para os participantes de pesquisa conforme solicitado pelo colegiado

O orçamento e cronograma constam de forma satisfatória, respeitando os prazos de análise do CEP.

Foi aprestando declaração de um psicólogo para sanar o risco "abalo emocional" para os participantes de pesquisa conforme solicitado pelo colegiado.

Recomendações:

Não existem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto apto para sua execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião do colegiado, ocorrida em 15/12/2021, fica deliberado que o projeto está aprovado, acatando o parecer do relator, e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|--------------------------------------|----------|
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_modificado.pdf | 15/12/2021 11:56:01 | Marcelo Cesar Lima Peres | Aceito |
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1841561.pdf | 10/12/2021 14:27:35 | | Aceito |
| Outros | Declaracao_psicologo_pdf.pdf | 24/11/2021 16:16:31 | SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEICAO | Aceito |
| Outros | Termo_confidencialidade_pdf.pdf | 24/11/2021 15:49:38 | SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEICAO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_doc.doc | 17/11/2021 18:26:28 | SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEICAO | Aceito |

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 5.168.301

| | | | | |
|---|---------------------------------|------------------------|--|--------|
| Outros | Roteiro_Entrevista_de_Campo.doc | 28/10/2021 18:50:06 | SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEICAO | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha_de_Rosto.pdf | 28/10/2021 18:28:32 | SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEICAO | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_de_Pesquisa.doc | 11/10/2021 14:58:25 | SILVIA CELESTE FERREIRA DA CONCEICAO | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 15 de Dezembro de 2021

Assinado por:
Eliana Sales Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA
COM OS MORADORES DA AGROVILA DO SOBRADO - out. a dez./2021**

| | |
|----|---|
| * | Objetivos/Questões |
| * | Compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização das famílias assentadas na Agrovila do Sobrado no município de Cabaceiras do Paraguaçu/Ba, a partir da construção da Barragem Pedra do Cavalo, com foco nos conflitos ambientais e nas estratégias de resistência. |
| 1 | O que levou a saída de suas moradias? |
| 2 | Como você recebeu a notícia da Construção da Barragem Pedra do Cavalo? |
| 3 | Como ocorreu a saída da sua moradia? |
| 4 | Que tipo de impacto a obra trouxe para sua vida? |
| 5 | A Agrovila do Sobrado foi uma boa proposta como nova morada? Porque? |
| 6 | Como ocorreu a chegada na Agrovila? |
| 7 | Como ocorreu a adaptação na Agrovila? |
| * | Investigar as práticas e relações culturais, socioeconômicas e socioambientais estabelecidas pelas famílias ribeirinhas antes de perder seus territórios. |
| 8 | Como era o acesso à água, à terra e a outros recursos naturais na antiga comunidade? |
| 9 | Como eram desenvolvidas as atividades econômicas? |
| 10 | Que tipo de agricultura era desenvolvida? |
| 11 | Como era desenvolvida a atividade pesqueira? |
| 12 | Quais eram as atividades desenvolvidas de forma coletiva? |
| * | Identificar os principais problemas e conflitos que surgiram com a desterritorialização, bem como as alternativas criadas para superá-los. |
| 13 | Quais foram as principais dificuldades encontradas na Agrovila? |

| | |
|----|---|
| 14 | Quais estratégias foram desenvolvidas para superar as dificuldades? |
| 15 | Como se deu o acesso às águas, à terra e a outros recursos naturais? |
| 16 | Como foram desenvolvidas as atividades econômicas na Agrovila? |
| 17 | Como mudou a forma de cultivar a terra na Agrovila? |
| 18 | Quais outras atividades econômicas mudaram na Agrovila? |
| 19 | Quais atividades foram/são desenvolvidas de forma coletiva na Agrovila? |
| 20 | Quais foram as mudanças positivas que a vida na Agrovila propiciou? |
| * | Analisar as reivindicações dos moradores na luta por um processo justo de reparação, bem como as respostas e ações dos agentes responsáveis neste processo. |
| 21 | Você sente falta de alguma infraestrutura, recurso ou serviço hoje na Agrovila? Quais? |
| 22 | Como você avalia as condições de trabalho e de vida dos moradores da Agrovila? |
| 23 | Quais demandas/reivindicações foram feitas às autoridades para suprir as necessidades dos moradores da Agrovila? |
| 24 | Quais foram as providências tomadas pelas autoridades para responder às demandas/reivindicações dos moradores da Agrovila? |
| 25 | Quais políticas de reparação deveriam ser desenvolvidas na Agrovila para minimizar os impactos sofridos pelos moradores? |

Fonte: Elaborado pela pesquisadora Sílvia Conceição, 2021.